

25 Dias de Pedofilia

Autor: Max Diniz Cruzeiro

Fev[22]/2018

PAGUE POR ESTA OBRA

**UMA AQUISIÇÃO DE UMA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL A SER
ENTREGUE POR VOCÊ MESMO EM 30
DIAS PARA UM MENOR DE 15 A 17
ANOS.**



PROJETO PEDOFILIA:

Fases:

I - Conceito da Relação Espúria denominada Pedofilia

II - A triangulação Amorosa

III - O Continente Psíquico

IV - A produção da qualidade dos sentidos

V - A qualificação dos sentidos

VI - O despertar da Curiosidade do objeto

VII - A geração do fator de atratividade

VIII - A aproximação do Pedófilo com o cérebro imaturo

IX - A relação de afetividade dentro do contexto espúrio

X - O fenômeno de Castração

XI - O despertar da subjetividade reprimida

XII - A aceitação e o pensamento coletivo

XIII - A transferência da responsabilização

XIV - O trauma

XV - O antagonismo na vivência da relação inversa

XVI - Novo processo de castração

XVII - O despertar da subjetividade como medida reparadora

XVIII - Fuga da realidade Social

XIX - Trava no tempo psicológico

XX - A responsabilização social

XXI - A publicitação dos fatos

XXII - O processo de judiciação dos fatos

XXIII - Culpa, remorso, prisão e retorno à vida social

XXIV - Moral, ética e História

XXV - Diretrizes Educacionais para a diminuição da Relação Espúria denominada Pedofilia

I - Conceito da Relação Espúria denominada Pedofilia

A relação espúria denominada Pedofilia é um relacionamento de codependência entre uma mente madura e uma mente imatura. Está além da dependência que tece as relações pela explicação Freudiana que recai sobre o vínculo sexual. Ela estabelece uma relação de desigualdade no relacionamento entre capacidade de um lado, e incapacidade do outro de responder pelos próprios atos. É regido por princípios de descarga de energia, na forma de cargas de libido que são liberadas na correlação em que o comportamento entre cérebro maduro e cérebro imaturo estabelecem uma sintonia fina no padrão de influência cerebral.

O cérebro maduro é caracterizado pelo indivíduo em que suas conexões cerebrais saiu da fase de desenvolvimento para a vida adulta. Supõe-se que tal indivíduo já esteja suficientemente estabelecido e conectado as regras sociais, que seja capaz de discernir entre o que é benéfico e o que não é benéfico para a convivência conjugada com outros indivíduos de mesma espécie. Assim, o sujeito maduro é dotado de capacidade para responder aos atos que o pacto social estabelece um compromisso social de não desencadear comportamentos que estabeleçam relações internas de conflitos em outros indivíduos.

O cérebro imaturo é caracterizado pelo indivíduo em que suas conexões cerebrais ainda estão em processo gradativo de desenvolvimento. Supõe-se que tal indivíduo dependa do aprendizado e tutoramento de outros seres para que o desencadeamento do seu comportamento permaneça dentro de uma relação de equilíbrio que não prejudique o seu potencial de desenvolvimento quando chegar na maturidade de seu ciclo de vida.

A dependência é um vínculo que se estabelece em uma relação de forças que é desproporcional ou díspare entre as partes que se relacionam. Onde o indivíduo que está na parte projetiva de influência é capaz de manipular a fragilidade do ser que necessita de condicionamentos para que seu comportamento possa ser desencadeado sem grandes consequências que afetem o seu desenvolvimento.

O vínculo cerebral nas bases Freudianas estabelece que as relações humanas podem ser explicadas em termos de estrutura de comportamento através das expressões gênicas em volta da essência do pensamento sexual. Porém, para explicar a relação espúria denominada Pedofilia, há que se observar um contexto mais elevado, onde a percepção entre autor e subjugado estabelece-se dentro de um contexto social em que a expressão do comportamento em grupo também deve ser levada em consideração.

A desigualdade no relacionamento, percebido como uma inscrição social de capacidade é outra abordagem, como uma estrutura dimensional que não deve ser desprezada. Está sendo gerado um sistema de trocas, onde se estrutura a visão de um dominador, e a subtração de atributos de outro na forma de um indivíduo dominado. Um tipo de subtração de entendimento, e não de falta, onde a introdução do pensamento que manipula, retira o verdadeiro tipo de vínculo que deveria ser estabelecido numa relação de desiguais entre uma mente madura e uma mente imatura em suas fases corretas na linha temporal.

A libido, vista como uma carga de energia que flui sobre o sistema nervoso central para as partes periféricas do corpo, tem um nítido processo de atividade dentro deste modelo de relacionamento entre os desiguais na relação de codependência. É um tipo de energia viciante, que toma conta da mente do indivíduo que detém o poder na relação, e que retira o vínculo reflexivo, dos ensinamentos da sociedade, que o impede de perceber o mal que fabrica no fenômeno de cerceamento da liberdade no entendimento social da faixa etária do cérebro imaturo.

A sintonia fina é formada a partir da ruptura do aprendizado social dos codependentes, para um tipo de gradeamento onde as partes passam a gerar dependência de comportamento a partir de fabricação de laços produzidos a partir das interações e iterações do convívio social, geralmente invisíveis para outros indivíduos dentro da esfera de comportamento do cérebro maturo e do cérebro imaturo.

E quando a relação de codependência é firmada, a distribuição dos papéis, gera um padrão de comportamento, como uma estrutura de ativação de procedures e sequências de atividades humanos em que o par estabelecido fica cativo das ideias centrais em que a necessidade de descarga libidinal se estabelece numa dinâmica biunívoca em que cada parte tem seus interesses dentro do sistema de permuta de sensações, dentro da relação desigual de conhecimento social em sua sociedade.

A relação espúria denominada Pedofilia, vai muito mais além de uma desigualdade entre faixas etárias. Ela se estrutura num jogo de poder em que uma das partes gera uma relação de empoderamento sobre outra.

Ela está além da moral, mas é regida pelas relações que constroem a ética, dentro do que é razoável e aceitável na esfera dos relacionamentos.

Carece de cuidados, porque pode gerar grandes entraves para o desenvolvimento do cérebro imaturo, no sentido da extensão do laço que é mais frágil dentro do processo descritivo de relacionamento.

O vínculo sexual traz a experiência amarga, em que a falta de construções subjetivas para explicar o que a mente imatura não é capaz de absorver por falta de conexões, pode gerar o trauma, em que este indivíduo afetado na relação, quando o seu cérebro estiver maturo, poderá carregar as cicatrizes de um aprendizado precoce, onde anos de trabalho psicológicos podem ser necessários para que a angústia e todo o sentimento represado, possa fazer um sentido para explicar a experiência não nomeada que foi desencadeada numa época em que não havia base de entendimento para dizer se de fato a vontade desejada pelo cérebro imaturo teria um significado de verdade, em que a vontade tivesse uma base social, que fosse construída dentro de um princípio, modelo e parâmetro em que o sentido benéfico de existência fosse verificado.

A relação espúria denominada Pedofilia vai além das conexões cerebrais, da cultura, da identidade, do contexto sexual, dos discriminantes de moralidade e da vida relacional.

II - A triangulação Amorosa

A mãe, o ser maturo que concebe um indivíduo imaturo cuja sua função se reveste do auxílio reparador das faltas em que o processo de gestação não foi capaz de completar o aperfeiçoamento cerebral. Esse ser total, integral nas necessidades que são despertadas pela interação ambiental do incapaz, gera um aspecto de codependência desse ser maturo na direção, disforme, do ser imaturo essencial para a manutenção da vida.

Porém, este tipo de codependência que evolui do cheiro liberado pelo leite materno, em que o imaturo fica condicionado a sensibilização dessa pele e reage no sentido de buscar correspondência que faça um sentido de sucção para canalizar um prazer pela incorporação de algo que ampara e gera benefícios, que se percebe nos primeiros estágios de vida como extensão da própria pele.

As transferências de conteúdo e o desencadeamento de conexões cerebrais obtidas graças aos estímulos de sintonia com a vida geram uma aproximação com potenciais de poder diferenciados, onde um impera sobre a vontade do outro que ainda é imago, ou seja, sensações espaciais transformadas em reflexos inatos que adquirem condicionamentos para a canalização de reflexos conscientes.

Logo, a mãe deixa de ser totalizante na mente deste ser imaturo, que se desenvolve, para perceber-se diferenciado, em que seus movimentos são distintos e independentes da vontade deste objeto ainda não nomeado por este ser imaturo denominado mãe.

E essa divisão entre ser maturo na forma de mãe e ser imaturo na forma dependente, desperta para observar outros semoventes ao seu redor que também possam significar primitivamente projeções de uma ideação que diferencia o ser maturo mãe, da relação biunívoca de existência com o ser imaturo.

Então o Pai é apresentado para este ser parcial em formação, dotado de imaturidade cerebral em relações de afeto conexas a essa mãe, também matura, que canaliza outros aspectos odoríferos distintos do anterior.

O avanço das conexões cerebrais, gera a codependência de afeto ou afeição entre Mãe, Pai e ser imaturo. Que o aprendizado sensorial repassa a correspondência da criança com os seres onipotentes e integrais na forma do contato físico, do toque, do beijo, da expressão do olhar, da forma que o som é projetado sobre o ambiente para reter a atenção do imaturo.

Na relação espúria denominada como Pedofilia, o comportamento desse ou desses seres integrais foge à regra social do limite de aproximação em que os laços geradores de codependência devem abastecer sensorialmente ao trato entre indivíduo maturo e imaturo.

A parte mais fraca no relacionamento, ou seja, o ser imaturo, fica hipersensibilizada, ao toque da pele, ao contato físico, dos seres integrais. E a reação frente ao desejo primitivo, de manifestar necessidade de repetição do

sentido do elo formador de prazer, faz do imaturo, um ser reativo, que age para influenciar os seres integrais, do tipo de relacionamento desejado.

Os seres integrais e totalizantes, cada vez mais estimulados em perceber as vantagens da relação com o ser imaturo, excedem sobre o tratamento sensorial emocional desencadeados no sentido de realização desse ser imaturo.

Logo, o ser imaturo, numa fase mais desenvolvida, sem barreiras para represar a afeição, num acordo sugênere, rompe a barreira social que é desconhecida para si, no quais os pais sabedores de seus deveres sociais, ultrapassam a barreira do consciente, para manifestação do acordo entre as partes que sinaliza a geração do triângulo amoroso.

Conforme o caso, ora o Pai, ou ora a mãe, isoladamente, ou em parceria, e sem contenção, para a força que o desencadeamento da libido, transfere para o ser imaturo o ritual do acasalamento, para este ser frágil que deseja apenas representar a satisfação pela sensação de prazer com que o toque represente primitivamente uma condição de amparo.

Ocorrendo então, o rompimento do padrão moral-ético da civilização, deste tipo de relação espúria conhecida como Pedofilia, para as trocas de afeição além do que as configurações gênicas da espécie sinalizam como benéfico de desenvolvimento mútuo. A codependência inverte os papéis sociais entre seres maduros e imaturos desta relação de representatividade efêmera.

O pacto, é convertido em uma relação simbiótica do núcleo familiar, onde apenas os membros têm acesso aos rituais de acasalamento. Onde a noção de certo, ou errado, de verdade e falsidade, do triângulo amoroso apenas pertence à sociedade que está de fora do laço familiar.

Então existe uma verdade para a família e a construção de uma “verdade” para a sociedade, em que as partes possuem papéis e posições de poder bem definidas na trama sexual.

O que une o laço é a degustação da pele, que se transfere para a degustação das partes erógenas e por fim sofre a canalização para as partes sexuais.

O contato do imaturo através de seu núcleo social a caminho para a maturidade, muitas vezes faz perceber uma diferenciação de comportamento diverso do pacto social da triangulação amorosa, onde a mente projetiva do ser que antes era imaturo e está na fase de transição da maturidade passa a questionar a atitude dos pais, quanto ao comportamento de acasalamento em família.

Pode-se observar a projeção de uma ruptura do ser antes imaturo e agora maduro que passa a reclamar do tipo de correspondência ao qual fora condicionado, em que uma densa subjetividade carregada de medo, culpa, remorso e gestação de ideias, sinaliza um trauma de passagem para suportar uma dor de exclusão do comportamento social antes ignorado, e que agora percebido se percebe uma perda, como um adoecimento, de uma falta gerada pelo rompimento da realidade grupal.

III - O Continente Psíquico

Surge então um questionamento: como é formada a percepção de uma relação espúria denominada pedofilia? De que forma o ser maturo conduz o pensamento imaturo para desenvolver com este um laço de codependência, em que a ausência de informações sociais do cérebro imaturo o torna um fator atrator por parte do cérebro maturo, que gera o par, onde cérebro maturado e imaturado tecem um compromisso de vivenciar um compromisso espúrio de representação social?

O continente psíquico é formado por variações de estímulos que circulam em frações de bioeletricidade dentro do sistema nervoso de um indivíduo. Porém, este mecanismo suprinteligente é coordenado através de elementos que são projetados da periferia da estrutura corporal de um indivíduo que o afeta na forma de exercer uma influência sobre o comportamento humano.

Independente dos sentidos, cada modalidade é sensível a um conjunto de mapas que somatizados formam o continente psíquico ativo em um dado momento. Esta estrutura dinâmica é capaz de orientar um ser projetivamente para corresponder a sua necessidade de adaptação do mundo.

Assim, a pretensão da existência de um continente psíquico é a geração da realidade interna, no qual se pretende ser a cópia fiel da representação do tempo e do espaço dos movimentos ambientais que estão repercutindo na dimensão do espaço-tempo no habitat.

A relação de codependência da relação espúria denominada pedofilia surge de um resgate do observador, o cérebro que desperta a necessidade de vinculação, que independe de fatores de maturação cerebral. Em que a influência da sensibilização da pele é uma exigência do cérebro que procura absorver um efeito de transferência do olhar do outro a captura do sentido, em que a sinalização do comportamento indica como desejo, que exige ser codificado como uma influência bioelétrica que deve manifestar um comportamento de interação, onde as partes estabelecem um pacto incipiente, ainda fragilizado, que não se firmou apenas com a expressão do olhar, ou do toque, ou da intensidade da voz, mas que teve um princípio de ativação onde o hipotálamo se encarregou de dotar de energia, na forma de sentimento uma sensibilização que une e integra necessidade do cérebro maturo e do cérebro imaturo.

Porém, o laço formado na condição espúria de relacionamento denominado pedofilia, vai além do pacto social, onde a exigência do impulso é percebida como um aprofundamento de um compromisso em que as partes se fusionam, afastando o contexto social da interferência do aprendizado do par relacional.

O continente psíquico passa a orientar o direcionamento das excitações que movem os sentidos, fortalecendo a aliança entre cérebro maturado e cérebro imaturado. Onde apenas mais tarde se constroi na relação da influência arquivada sobre o continente psíquico a ruptura de forças, onde a consciência do cérebro maturado sofre um ganho de escala gerando um desequilíbrio de forças, em que a codependência passa a ser percebida entre o indivíduo que

exerce poder dentro da estrutura cerebral e o indivíduo absorvido pela influência projetiva e perceptiva do outro.

O realce da estrutura do poder é o desnivelamento no gerenciamento dos papéis em que os codependentes passam a tecer a história da relação, que pode ser carregada de sentimentos de dor, angústia, medo, pesar, excitação, prazer, desprazer, libido, fragilidade, culpa, remorso, sensação de perigo, de entrega, de descobertas e de ocultação da sociedade das experiências vividas.

Então a impressão pictórica dos traços desta entrega proibida que cérebro maturado e cérebro imaturado acordam vivenciar isolados do conhecimento do mundo, é capturada pelos próprios sentidos que passam a reconhecer as exigências pelo contato mais íntimo, todas as vezes que a impressão é reconhecida e projetada dentro do continente psíquico.

Esse represamento da chave ativadora do complexo nuclear talâmico que estabelece a conexão entre os cérebros, cria um acordo em que a estrutura do comportamento é gerenciável por uma relação de benefícios e malefícios, de estruturas de prazer e desprazer, de descargas de libido e de emanções de frustrações, de retorno a condição imatura, e de acesso a condição madura, em que um se projeta na essencialidade do outro, para fazer repercutir a experiência primitiva que o par exerce longe da condição de controle da sociedade.

O continente psíquico do ser imaturo crê, dentro desta relação, que existe medidas compensadoras, que parte de um princípio de afetação que ele está gerenciando um ganho em se assemelhar em estrutura de pensamento com o cérebro maduro que exerce a influência.

Por outro lado, não é uma relação estatizada, onde o cérebro maduro, por vezes, se conecta com o seu infantil represado, para passar a impressão para o lado dependente, que é ele que exerce o poder de influência dentro da relação, o que reforça o princípio de dependência da relação, no qual o cérebro imaturo é dotado da crença que ele é que exerce a estrutura de poder no relacionamento espúrio denominado pedofilia.

O continente psíquico, portanto, é abastecido para o não rompimento do laço. Em que as partes no relacionamento passam a ter percepções de influência distintas.

Assim, o relacionamento se firma em torno do pacto ignorado pela sociedade, e que se descoberto pode levar mais a não recorrência da experiência, que é prazerosa e dolorosa ao mesmo tempo, que conduz a uma espécie de capacidade de alguém que se supõe dotar de forças o cérebro que não possui os ensinamentos da sociedade. Assim o cérebro maduro e o cérebro imaturo convergem para uma sintonia de reconhecimento, anônima para qualquer pessoa que não esteja contida dentro do contexto do par relacional. Onde a força é a curiosidade de expressar o próximo ato, como uma nova descoberta que possa significar algo interno vivido ainda não nomeado gerador de uma percepção diferenciada de outros indivíduos do mesmo segmento familiar.

IV - A produção da qualidade dos sentidos

A relação espúria denominada Pedofilia é geratriz de ativação de qualidades dos sentidos de experimentação prematura e primeva por parte do indivíduo de cérebro imaturo e o avanço da sensação pueril refletida sobre a percepção retida da imagem do imaturo sobre o indivíduo de cérebro maturo. Mas quais são estas cargas somáticas, ou seja, qualidades dos sentidos, na forma de projeções conceituais que intrigam indivíduos de cérebros imaturos e maturos a evocar para si instanciamentos cerebrais que sinalizem um contato direto com este tipo de experimentação da vida?

A qualidade que desperta o conceito subjetivo de amor muitas vezes é subvertida em uma relação de troca onde as partes fazem o intercâmbio de sensações num sistema de barganhas no qual o aprendizado da experiência de vida sinaliza o tipo de comportamento que o par deve gestar dentro do modelo de vida adotado.

O elo projetivo deste composto diferencial de maturidade do par relacional é uma relativa simbiose em que o sentido de integração sexual permite a descoberta e aceleração do desenvolvimento prematuro para qualificar o indivíduo imaturo como um ser integrado na sociedade. E fazer o cérebro maturo ter a experiência não realizada.

As qualidades são elementos compostos com funções cognitivas que despertam qualificação, algumas delas são: sentimentos de dor, angústia, medo, pesar, excitação, prazer, desprazer, libido, fragilidade, culpa, remorso, sensação de perigo, de entrega, de descobertas e de ocultação da sociedade das experiências vividas

O aprendizado do sentimento da dor, é o efeito em que o despertar da sensação irá gerar controle sobre a excitação, os delimitadores em que é suportável trabalhar em uma escala de satisfação e prazer, desprazer e fragilidade, libido e culpa, sem igualar ou superar a angústia interior que o contato libidinoso possa provocar de malefício para o cérebro imaturo. Do outro lado, o cérebro maturo tenta gestar o equilíbrio para proporcionar uma gradação de sofrimento que não seja superior ao prazer sentido. Isto construindo dentro de uma relação inversa ao sentido da moralidade e da ética.

A angústia traz como aprendizado a retenção dos estados de geração do sentimento, para suportar a dor em um nível de não alcance da irracionalidade. Do outro lado, no cérebro maturo encontra-se a vocação para gestar o elemento que tira o equilíbrio e ejeta sobre o tutorado um modelo de dependência da afetação que sinalize o amparo da situação perversa que gera abrigo e conforto para o aprendiz, gerando uma das componentes da estrutura de codependência.

O medo é a qualidade que traz para próximo do indivíduo maturo o cérebro imaturo angustiado que necessita de amparo, e para que o vínculo do aprendizado na relação não seja quebrado ele está contido no pacto em que as partes se condicionam ao isolamento em que as consequências da evidência do relacionamento poderia trazer como uma trágica história de consequências para ambas as partes.

O remorso é uma qualidade de dimensão tardia, quando sobre o cérebro imaturo conceitos sociais entrantes já sinalizam noções sobre certo e errado.

A sensação de perigo também é uma dimensão, como qualidade, que desperta a necessidade por se guiar por um caminho em um vínculo desconhecido com forte impacto, em que o contato direto com a propulsão do sistema parassimpático, na apreensão da descoberta, gera uma descarga de alívio quando o perigo é compensado pela ausência de indicadores que o pacto está coberto.

A qualidade que desperta a sensação de entrega faz o par se conectar a um sentimento de abrigo, onde as partes gerencialmente se completam, numa esfera de cumplicidade no papel de ocultamento dos fatos relativos ao termo de compromisso.

O instinto das conexões de maturação gere em torno de um núcleo de descobertas, onde a qualidade de iniciação desperta um vínculo com a criatividade, em que o cérebro imaturo é deslocado para projetar sua “vida adulta” dentro de uma dimensão ainda não alcançada. E o cérebro maturo se vicia em uma estrutura cognitiva de realização de seu desejo impróprio reprimido, as vezes na sua própria vivência ou na projeção do imaturo.

As qualidades que integram o oculto são despertadas para que os cérebros maturo e imaturo possam gerir suas descobertas longe dos olhos da sociedade. Não é um sentido de caça e caçador, mas este contexto pode estar inserido dentro de uma representação no qual as possibilidades infantis de permutar conhecimento possam estar encadeadas dentro deste mecanismo espúrio. É um tipo de qualidade que se inscreve no anonimato, onde um passa a proteger o outro do perigo, para a não revelação, para a não descoberta, para um tipo de manutenção da segurança que venha a comprometer as vivências que projetivamente se anseiam alcançar através de novas descobertas.

As qualidades são peças chaves deste esquema espúrio, ao menos que seus fundamentos sejam quebrados, na cabeça do imaturo e/ou maturo, a tendência do anonimato social para o pacto é a manutenção da relação espúria denominada Pedofilia. A qualidade é portanto, o que desperta de uma pictografia sobre a pele de um imaturo e maturo, vista como uma sensação não verbalizada que é transferida para dentro, que ainda não se revestiu em qualificação de direito, para expressar um conteúdo vivenciado, que é alimento para o laço.

As qualidades são métricas laborais instanciadas dentro do acordo entre as partes, onde se condiciona o acesso ao vínculo material do organismo biológico. E percorrer suas dimensões é o que motiva o despertar do estado imaturo e o despertar do estado maturo, numa relação que não diz respeito no contexto de estado a uma reflexão etária, pois o estado transita entre os agentes que simulam o pacto. Essas relações, são gestadas dentro de uma moral interna no pacto que é adversa a ordem natural da moral e ética grupal. A dificuldade de entender é a visão dentro da sociedade de que a leitura é um convite a uma aceitação.

V - A qualificação dos sentidos

Quando os sentidos são qualificados uma transformação subjetiva que abastece os pensamentos passa a guiar o interesse da mente imatura sob a supervisão da mente madura no aprendizado que o comportamento do relacionamento espúrio denominado Pedofilia carrega de informação. Essa qualificação das rotinas que unem cérebro maduro e imaturo abastecem uma moral interna envolta em uma linguagem infantil que o gestor da aliança em torno da Pedofilia introduz no conhecimento do cérebro imaturo para que a correspondência da codependência permita trazer para perto o laço que mantém ambos em sintonia de propósito no aprendizado idealizado para o comportamento.

Este estudo irá introduzir a linguagem infantil que é incorporada pelo cérebro imaturo na forma de uma qualificação dos sentidos que o cérebro maduro gerencia para a conquista do comportamento que se supõe realizar o seu desejo libidinal.

“A sensação pueril, do doce que nunca acaba” um doce do tipo de contato que se aloja sobre a pele do cérebro maduro, que é indiferente ao sexo e sua orientação sexual, mais que a indução ao consumo estabelece o vínculo neural de degustação em que a impregnação dos fenótipos do cérebro maduro sobre o cérebro imaturo sofre uma construção olfativa por parte do cérebro imaturo que gera o primeiro fator de codependência sensorial.

“A sensação pueril, do sorvete que nunca se dissolve” um doce que é incorporado que está presente na pele do cérebro maduro, e que ao ser apreciado desperta sensações prazerosas que geram vício, que conecta com as partes internas do sistema digestivo, induzindo um tipo de fissura em se apropriar cada vez mais da experimentação dos sentidos vinculados e despertados. Um doce que pode ser quaisquer partes do corpo que se projeta e possa ser sugado.

“A busca do melado que não se esgota do doce que nunca acaba” um tipo de fluído que pode ser repostado, presente sobre a pele do cérebro maduro que possui um gosto que carrega substâncias afrodisíacas, e que, portanto, deve ser incorporado, deve ser repassado por toda a pele do cérebro imaturo, por representar uma espécie de integração, que une em torno da aliança de Pedofilia.

“O prazer do lambe-lambe associado com a fragrância da pele e o aroma dos fluídos” então o doce é reconhecido no mundo infantil do cérebro imaturo, no qual o consumo do brigadeiro, ou do pirulito, ou do picolé, está conectado com a essencialidade do comportamento do par, oculto em uma identidade ignorada do mundo. Os elementos transacionais, reais, como os doces das padarias, passam a não mais representar um consumo de um alimento, mas uma expectativa do consumo do “doce” que está encrustado sobre a pele do cérebro maduro.

“A anestesia de se sentir introjectado e possuído” mãos, dedos, pé, boca, beliscões, mordidas, órgãos genitais, pedra, toco, madeira, agulhas, chinelo e socos, ... na introdução do conhecimento de “ardência” estabelece um sentido agressor que logo é recomposto com uma sequência libidinosa que desperta

ondas de prazer. O gerenciamento da mente madura leva a uma gradação iterativa em que a sensação de prazer supera em escala à representação traumática, onde cérebro imaturo passa por um processo de desejo e querença pela repetição da experiência. Por isto o vício gerado fortalece o pacto em torno da aliança, e dificilmente o cérebro imaturo irá se revoltar em desejar terminar o acordo experimental entre as partes.

“A magia da descoberta de um mundo antes não imaginado” o mundo imaginário da criança passa a ser comandado pelo cérebro maduro, ora ele é o rei que possui o poder sobre o súdito, ora é guerreiro cuja espada ou fenda deve ser consumida ou penetrada e não significar uma perda no sentido da vida, mas um ritual de força que conduzirá o súdito para a recompensa. Onde as histórias de faz de contas têm um sentido próprio decodificado de filmes, desenhos, literatura, em que a imaginação do cérebro do imaturo passa a se prender na fantasia do personagem real (“cérebro maduro”) que o deixa vivenciar as fantasias de seu universo infantil.

“A esponja da pele que lembra a maciez da esponja de tomar banho” o banho passa a não ter mais a mesma denotação que antes, então a esponja é o cérebro maduro, que é introjectada por todo o corpo, através de uma conotação, que deve ser consumida, que deve ser mastigada, e depois acariciada sobre o corpo para despertar a lembrança da excitação arquivada na mente do infantil.

“As bolas do corpo que o manuseio transmite uma sensação de uma brincadeira infantil” a sensação de manuseio do corpo do cérebro maduro é uma brincadeira infantil independente do sexo, que faz conectar com elementos esféricos, como bola, biloca, peteca, bolhas de sabão, objetos com curvas bem salientes, que a conexão remete a lembranças muito agradáveis do prematuro contato infantil. A operação de transferência da sedução em que o cérebro imaturo converge o seu pensamento codependente no sentido de gerenciamento do cérebro maduro, está na construção dos enredos em que estes elementos passam a ter sintonia com o corpo do cérebro maduro.

“O reencontro com o peito que lembra a fase de amamentação, do retorno do infantil para a fase infantil mais primitiva” independentemente do sexo, o peitoral do cérebro maduro é o alvo que fornece a experiência de reencontro com as primeiras fases de vida, que se conecta com a mãe totalizante que desencadeou todo o seu amor para significar uma integração plena com o seu filho recém-nascido.

“O toque suave que imita a expressão do sabonete sobre a pele humana cujo efeito escorregadio conecta o infantil com o brincar” o sabão é a conexão com o gozo, com a substância que deve ser incorporada para representar a codependência, esta metáfora que carrega o sentido de pertencimento, de composição, de união entre os aspectos que conduzem a condição de relacionamento espúria denominada Pedofilia. Onde o cérebro infantil busca reter a sensação de prazer que o sentido sexual de contato da pele transmitiu de experiência e aprendizado no ato libidinal.

VI - O despertar da Curiosidade do objeto

O observar do próprio corpo do cérebro imaturo permite conectá-lo com descobertas em seguidas fases de desenvolvimento. Essa ideia do reconhecimento de partes do corpo e o reconhecimento das mesmas partes em maiores dimensões dos familiares com que o infantil banha o seu corpo, é o primeiro momento comparativo que gera um significado discriminante para o cérebro imaturo, do qual a curiosidade passa a brotar em torno das descobertas dos objetos sexuais.

A curiosidade do cérebro infantil se espalha, na forma de questionamentos das pessoas próximas de seu convívio. No afã de uma oportunidade de gerenciar o conhecimento do infantil, o cérebro maturo que se vincula a relação espúria denominada Pedofilia percebe o ponto “iniciático”, longe dos olhares, para perverter o seu desejo, numa demanda de consumo de seu aprendiz.

Parte de um princípio em que o livre arbítrio do cérebro imaturo conduz a condição ideal de aproximação, em que o julgamento do cérebro imaturo em torno das respostas não irá incidir sobre nenhum tipo de retaliação, ou na percepção do distanciamento do contato do cérebro imaturo, na percepção dos pais como guardiões, no sentido de invocação de auxílio de tutela por parte deles por causa de uma invasão.

Assim, o cérebro imaturo de posse de sua volição, estabelece o sentido de introdução do conhecimento perverso, no qual a ausência de referências do padrão de comportamento social sobre o cérebro imaturo, gera a conexão no aprofundamento dos conceitos apresentados pelo cérebro maturo.

Essa introdução imposta sem coerção da vontade do infantil, é apresentada de forma que os enredos narrados para explicar os fenômenos que despertam a curiosidade do objeto de cunho sexual, faz aproximar cérebro imaturo e cérebro maturo de um intercâmbio de descobertas, que culmina numa interação em que o cérebro imaturo acaba tendo contato com a pele do cérebro maturo.

Porém, o cérebro maturo Pedófilo, sabe que somente pode avançar dentro deste contexto de perigo, que o faz perceber ser descoberto, se a concordância do infantil ainda estar sinalizada dentro do contexto de seu livre arbítrio.

Então várias sessões de aproximação são gestadas todas as vezes que o cérebro infantil sinalizar um rompimento volitivo. No qual o cérebro Pedófilo percebendo a inversão do sentido da volição, gera um tipo de concordância com o infantil no sentido de sinalizar um comportamento que desperte um vínculo não contrário a manifestação de sua consciência (princípio da geração de dependência). Porque sobre o cérebro Pedófilo está a sinalização de que é o cérebro infantil, o agente em que as trocas e as situações em torno da formação da aliança é sinalizada.

Como num processo de caça e caçador, o cérebro Pedófilo, começa a observar o mundo infantil do cérebro imaturo. E sobre uma probabilidade em que novamente as indagações de ordem sexual possam aflorar, espera o momento

certo para novamente introduzir seus conceitos em um grau maior de profundidade.

Até que o cérebro imaturo rompe a barreira da curiosidade e ingressa na fronteira da experimentação. O cérebro maturo aproveita estes momentos para o fortalecimento do laço, na realidade; não é seu desejo imediato satisfazer a sua libido, mas sim firmar o pacto que irá proporcionar para si a aliança em torno da posse do infantil para o retorno e realização do desejo reprimido do cérebro maturo.

A curiosidade é introduzida dentro da experimentação novamente, em tentativas de sedução do interesse, em que cérebro imaturo e cérebro maturo passam a sinalizar uma embiose para canalizar um tipo de postura-comportamento que estabeleça uma razão e ordem em torno do anonimato.

Porém sabe o cérebro Pedófilo que a introdução de seu iniciado no mundo sexual não pode ser percebida como uma experiência desprazerosa. Assim ele conecta o infantil em uma sensibilidade da pele em que a sensação de dor não é despertada, apenas um tipo de manifestação onde o infantil tem a possibilidade de se conectar a uma experiência antes não nomeada por ninguém de seu convívio.

Os discriminantes da experiência são retidos na memória do infantil como um tesouro que deve ser guardado debaixo de sete chaves. E que apenas o cérebro maturo possui a chave para abrir o portal do conhecimento.

Um tipo de curiosidade do que está dentro que desperta o desejo pela repetição, na forma introdutória de novos questionamentos, em que o cérebro infantil é lavado a perceber se encontrar no comando da situação de sua tentativa de descoberta.

As indagações se aprofundam na forma de despertar um tipo de comunicação em que o sistema volitivo passa a necessitar cada vez mais de correspondência, na sinalização de um tipo de curiosidade de obtenção de mais experimentação, que o sucesso das tratativas anteriores significou um avanço de descoberta na percepção do cérebro infantil todas as vezes que a manifestação de sua vontade ficou evidente. Por fim, o pacto é formado, então ocorre o processo de gestão por parte do cérebro maturo, em que o cérebro imaturo é convidado a interpretar o seu papel de aprendiz dentro de sua finalidade dentro da relação espúria denominada Pedofilia.

A curiosidade pelo objeto é substituída pela curiosidade do efeito que a encenação do par traz de experiência dentro da aliança de Pedofilia.

As perguntas passam a se escassearem em relação ao cérebro infantil, e o jogo de comportamento, entre demandas e ofertas de conduta, geram o sistema de codependência, onde a curiosidade é saber o limite da estrutura de intercâmbio de poder em que a manutenção do sistema condicionado de volição dentro de princípios da lei de livre arbítrio sinaliza o aproximar e o distanciamento, onde nestes estágios as partes já estão ocultas da sociedade dentro do acordo.

VII - A geração do fator de atratividade

Mas o que leva o cérebro de um Pedófilo a manifestar desejo de aproximação por pessoas que possuem um cérebro imaturo? Por que a motivação sistemática do Pedófilo é capaz de se apropriar da inocência do cérebro imaturo? Por que uma geração de Pedófilos sucede outras dentro dos agrupamentos sem que as políticas públicas não consigam reter a moral interna do par de uma relação espúria de Pedofilia?

A atratividade por parte do cérebro maturo que se condiciona à prática de pedofilia inscreve-se numa percepção de fragilidade do cérebro imaturo. No contorno em que as curvas do aprendiz sinalizam vigor, estado de espírito, vitalidade e aspectos internos presentes no DNA do ser imaturo.

Geralmente os seres imaturos que possuem grande atratividade por parte de Pedófilos são os seres em que os genes embrionários estão bastante concentrados dentro do genoma do indivíduo. O fator de atração é a percepção da abundância de células tronco embrionárias. Através do aspecto da pele essa informação codificada internamente passa a ser sensível a percepção visual, à percepção auditiva, e, à percepção olfativa-gustativa.

O pedófilo inconscientemente é atraído pela expectativa de vitalidade, onde as razões reais de sua aproximação com o infantil é a necessidade de integração à carga genética que seu subconsciente projeta estar de posse do cérebro imaturo.

Então esse conceito intuitivo, porém bastante primitivo conecta e reconecta o pedófilo para a aproximação dos genes que é de seu interesse voltar a sua parenteologia infantil.

A incorporação da pele do cérebro imaturo faz parte de um vínculo dos primórdios da civilização humana, onde os novos integrantes de uma sociedade, de bases primitivas, recebiam os ensinamentos ancestrais através de uma introdução sistemática dos cérebros imaturos em práticas sexuais.

O ensinamento primitivo era repassado de clã para clã, até que a introdução de práticas de ordenamento jurídico e espirituais que foram introduzidas nas civilizações baniram a introdução progressiva dos ensinamentos sexuais para os cérebros imaturos na maioria das civilizações emergentes de seu tempo.

De certo modo, os Pedófilos da era moderna (2018) exercem uma função de conexão antropológica com práticas tribais, pré-históricas e primitivas. E mais recente se conectam com aspectos de 1000 a 1500 anos atrás pela tentativa de recuperação da vitalidade e vigor físico pela aproximação corpórea com o DNA do cérebro imaturado.

A motivação sistemática da maioria dos Pedófilos da era moderna é uma falsa expectativa de uma conexão que irá aprofundar seu aspecto vital, que é algo tão importante, e fundamental na visão do Pedófilo que o faz despertar a “querência” de ser possuidor da abundante carga genética presente na maioria dos cérebros imaturos.

Nem todo cérebro imaturo desperta a atenção e a curiosidade do cérebro Pedófilo, porque existem diferenciais na estrutura do DNA de concentração de carga genética, em que as concentrações de gene embrionários variam de indivíduo para indivíduo.

Também existe o fator de qualidade do gene embrionário, no qual o Pedófilo tem um instinto e uma olfação tão desenvolvida no qual o faz perder o controle diante de uma aproximação quando aproxima de seu aprendiz de carga gênica de excelência.

O Pedófilo sofre um processo de dormência do aprendizado social quando a ativação de seu olfato, como um animal que está no cio, se aproxima de seu “par” para acasalar-se, que o faz adormecer perante as consequências sociais que satisfazer o seu desejo irá indicar de malefício para o ser imaturo que é introduzido dentro do relacionamento.

Porém, nem sempre o fator de atratividade é um aspecto restrito a uma determinação gênica, também existem casos de pessoas que se especializam em Pedofilia para se vingar da sociedade, na percepção de que muitos desafios ao longo da vida, necessitam pagar pelo seu sofrimento, por uma angústia, e por uma falta que supostamente é atribuída aos pais da vítima, geralmente uma criança que não está preparada para absorver o contraditório, e lhe falta comparadores sociais para identificar o caminho pelo qual ela está sendo levada ao condicionamento de seu comportamento infantil.

As gerações de Pedófilos sucedem outras gerações de Pedófilos porque as famílias introduzidas dentro deste modelo ainda não conseguiram identificar outras formas de aprendizagem, de transferências de seus elos passados, então a essência do continuísmo transfere anonimamente o conhecimento de geração para geração.

Não é um processo consciente, mas uma necessidade inconsciente em que pais e filhos se condicionam a vivenciar em fases distintas uma relação espúria denominada Pedofilia.

O tentar compreender o comportamento do antepassado, faz a estrutura do DNA vigente ser orientado numa bússola em que outras pessoas orientadas por suas bússolas ora se atraem, ora se repelem, no que os relacionamentos passam a ser formados e guiados por necessidades complementares.

Isto não significa que parta de algo consciente, onde um movimento ordenado e lógico estabeleça o tipo de compromisso entre as partes, mas de um movimento de fractais, onde cérebros maduros e imaturos congregam percepções congruentes que despertam o sentido de crescimento e prosperidade das famílias. A transferência gradativa dos conhecimentos antropológicos das famílias para introdução de práticas sociais mais modernas que emergiram dos comportamentos mais céleres, no sentido do desenvolvimento humano, tendem a abolir e a tratar pessoas em aliança de Pedofilia, para a canalização de novas posturas de atingimentos de resultados de conhecimento e vitalidade tornando a sociedade mais apta ao convívio em grupo.

VIII - A aproximação do Pedófilo com o cérebro imaturo

Uma aproximação entre dois indivíduos pode ser percebida através de vários estágios. O primeiro estágio da aproximação de um cérebro maturo que pratica Pedofilia com um cérebro imaturo é a conexão através da correspondência sensorial dos sentidos. O segundo nível de aproximação é o estabelecimento da troca subjetiva em que o diálogo aflora um tipo de correspondência semântica. O terceiro nível de aproximação é uma correspondência volitiva. O quarto nível de aproximação é uma correspondência do livre arbítrio que leva a experimentação. O quinto nível de aproximação é uma correspondência na formação de um padrão de comportamento. E por fim, na realização da aliança Pedófila o último grau de correspondência é o despertar afetivo dentro da relação espúria denominada Pedofilia.

A correspondência sensorial de um cérebro imaturo no sentido de projetar-se no campo de domínio de um cérebro Pedófilo geralmente é obtida por um influenciador, geralmente um observador nato, capaz de perceber a rotina perceptiva do cérebro infantil, ao encaixar-se dentro do interesse despertado pelo cérebro imaturo em torno do seu ambiente infantil.

Então parte de uma observação, que o sentido em que os movimentos do “pequenino” sinaliza como manifestação de seu “brincar” com o mundo que está sendo explorado por sua precária identificação social. O cérebro maturo do Pedófilo se projeta dentro deste universo. No qual o “menor” passa a perceber a introdução de outro indivíduo como mais um personagem que foi canalizado para entrar em sua história do “brincar”.

Um tipo de historização em que o cérebro maturo de um Pedófilo analisa friamente para se inserir dentro de um contexto em que o personagem desencadeado pelo infantil o posicione em um sentido de solidariedade, concordância e estima, onde os primeiros indícios de concordância sensorial são formados como sendo o cérebro Pedófilo uma representação positiva inserida no enredo de uma trama infantil.

Assim o segundo nível já está pronto para ser desencadeado, em que as instruções do acordo mnêmico passam a ser percebidas num jogo de forças desproporcionais, onde de um lado está centrado a imagem do Professor e do outro um aprendiz atento disposto a apreender os ensinamentos que foram repassados.

A “criança” se distancia um pouco do brincar para capturar mais informações e instruções que lhe permitam elaborar histórias mais densas e profundas em seu idioma infantil. Para novamente o “menor” voltar ao seu processo criativo.

A fala do ser maturo Pedófilo é representações de uma linguagem de “máquina” em que o “menor” insere em seu universo infantil como uma procedure, um verdadeiro procedimento, na forma de uma instrução-código a ser despertada, por um processo de inicialização mnêmico quando o sentido volitivo deste cérebro imaturo sinalizar a concordância para o experimento que introduzirá o “pequeno” para a área periférica de seu corpo.

A condição da aproximação volitiva é a não quebra do desejo do infantil, numa troca relativa de percepção, em que o cérebro imaturo é dotado da crença de ser o “comandante do navio”. E a cada novo aprofundamento de “conhecimento” a subjetividade sinaliza um ganho interno em que o “menor” se identifica como um problema que envolve um princípio de curiosidade sanada do seu conflito de falta de compreensão do mundo desconhecido. Essa curiosidade que uma vez satisfeita é novamente alimentada para emergir novo processo de identificação em que ganhos subjetivos de escala são percebidos como uma evolução no processo de conhecimento do mundo.

O quarto nível de aproximação, - a configuração do livre arbítrio – é uma questão de pura manobra projetiva, em que gradações de satisfação do “menor” no seu trajeto de identificação com seu universo infantil passa a projetar um interesse em satisfazer o personagem Pedófilo transferido para seu contexto de vida, por perceber ser ele “Bom” e “Benéfico” para seu desenvolvimento.

Neste estágio é que as procedures introduzidas no cérebro imaturo são iniciadas no processo de identificação do “menor”, onde o “pequeno” passa por um episódio de mania que o condiciona a perceber que a nomeação do “Brincar” na satisfação do indivíduo Pedófilo é na realidade um espectro de sua vontade. Onde é impensável e inimaginável para o “menor” pensar que parte de um argumento introduzido para ser influenciador motivacional no momento exato em que a aproximação da experimentação sinalizava a manifestação do desejo de Pedofilia do cérebro maturo na fase de introdução da subjetividade.

O quinto nível de aproximação decorre da fixação do padrão do comportamento que permite manusear a relação espúria denominada Pedofilia, no gerenciamento de um padrão moral interno que permite gerar o ocultamento social para que as necessidades possam ser complementares dentro do relacionamento.

Por fim, o último nível integra a percepção do “menor” dentro da rotina de pedofilia, onde fatores de emotividade e representação marital passam a comandar o cérebro do par, em seus papéis projetivos e trocas de intercâmbio para que desejos sejam sanados, para que tipos especiais de curiosidades possam ser testados, para que o entendimento do que está sendo realizado possa ser inscrito dentro de um modelo subjetivo que sane as dúvidas do “menor”.

O distanciamento somente decorre se uma queixa, na percepção de um pedido não atendido dentro do relacionamento espúrio denominado pedofilia, introduzir conceitos que a quebra do sentido volitivo do livre arbítrio passa a ser evocada como raciocínio, que projetada ciclicamente ganha dimensões cada vez maiores até provocar o nível de ressentimento que fará o infantil se pronunciar perante a sociedade no rompimento de seu pacto de silêncio, nomeando para si uma falta, uma perda irreparável, ou uma segregação de conhecimento que o faz perceber inferior dentro de um contexto social, que deve ser transferida para o cérebro maturo na forma de uma punição pelo sentimento e dor despertados.

IX - A relação de afetividade dentro do contexto espúrio

Quando o tocar faz romper um suspiro de conexão com a área emocional do cérebro imaturo a proximidade da realização o faz desejar se reconectar outras vezes ao sentimento despertado. Quando o beijo transmite a sensação de possuir, faz o cérebro imaturo desejar novamente ser apreciado.

E são tantas as fontes de excitação cerebral de um cérebro freneticamente em desenvolvimento que é inconcebível pensar para o “menor” em uma fração de arrependimento, porque existe a conexão com um mundo que antes somente era projetivamente alcançado por meio da observação da representação de um filme, um livro, um desenho animado ou na observação de cenas amorosas contidas paralelamente ao universo infantil, na percepção dos pais.

Para o “pequenino” não importa a natureza da fonte que lhe permite uma experiência deste nível que desperta um tipo de prazer precoce nunca antes vivenciado.

Portanto a afetividade gera o firmamento do padrão de codependência, no qual o cérebro imaturo dá o total aceite de sua vinculação dentro do relacionamento espúrio denominado Pedofilia.

E o represar mnêmico da sensação despertada pelo ciclo de atividades proporcionado pelo Pedófilo gera um tipo de chaveamento para novas conexões, onde a proximidade corpórea desperta o sentimento de estar contido na relação espúria.

Neste nível de integração se desperta a “querência”, o reconhecimento da fragrância do corpo do cérebro maturo Pedófilo, e um sentido de posse, no qual sugere para o menor “um pertencimento” no sentido de exclusividade do processo de codependência.

Então torna-se cada vez mais complexo e difícil administrar a percepção de separação, quando o relacionamento é descoberto nesta fase. Porque o vínculo que se constrói entre os entes é muito difícil de ser quebrado por parte do “menor carente e abandonado” que a exclusão do pacto é uma exigência da sociedade quando descoberto.

À medida que o cérebro imaturo caminha no sentido do desenvolvimento cerebral, mais forte se torna o caminho neural do vínculo infantil com o Pedófilo, por isto a introdução do contexto social em seu prematuro conhecimento sobre a sociedade não consegue quebrar todo o trabalho de gestão que o Pedófilo desenvolveu sobre o contexto do cérebro imaturo.

Nesta fase já foi introduzido os ciúmes, a saudade pela ausência, o apego pela necessidade de estar próximo, o desejar da retribuição em se sentir em enlace matrimonial, e a percepção de ser um influenciador para trazer de volta por meio de gestão de consequências que a quebra do vínculo possa provocar de prejuízos dentro da aliança da relação espúria denominada pedofilia.

O sentimento é um tipo de integração de forças capazes de concentrar propulsão de cargas bioelétricas na direção da necessidade despertada para que um indivíduo as utilize dentro do processo de dramatização da vida.

Cargas muito concentradas de emotividade costumam a construir trajetos neurais cada vez mais fortalecidos no qual uma tendência de recorrência de afetação pelas mesmas vias condiciona o modelo de despertar dos pensamentos que canalizam construções de comportamentos humanos.

As brigas introduzem conceitos de chantagem e de reconexão dentro da relação, neste estágio o sentido volitivo para a ativação do livre arbítrio já está contido dentro de um estágio subjetivo onde a expressão está contida na esfera de um contexto onde os processos de significação estão emprenhados e atuantes na atmosfera do par em enlace de Pedofilia. Surge o dueto da espera relacional.

O medo que aflora em ambas as partes, traz de volta a necessidade de reconexão que logo se apaga, nas “benesses” que o desencadeamento da libido faz apagar as mágoas do desconforto no relacionamento.

O rito emocional cria um padrão projetivo em que ora a representação do cérebro imaturo clama por conexão, e ora a representação do cérebro maturo exige conexão.

A zona fora de conflito onde o enamoramento não é permitido publicamente, serve como campo de observação do comportamento, onde no campo da intimidade do par na relação espúria de Pedofilia, irá servir de insumo para um desencadeamento de acusações, afirmações, posicionamento de como agir publicamente perante outras pessoas distantes do relacionamento.

O agir fica influenciado pelo fator emocional aprisionado em um contexto restrito por onde a informação do par pode circular. Nesta fase provavelmente o pacto se estende além de 2 anos de relacionamento, e os “amantes” não conseguem mais se distanciar um do outro.

Pode ocorrer pequenas rupturas do elo relacional que se mostram na forma de discursões públicas sobre coisas pequenas do cotidiano. Tudo isto para não fragilizar a aparência de que as duas partes estão em sintonia e enlace matrimoniais de forma espúria.

O fingimento público é um stratagema muito comum no mundo pedófilo, onde o pensamento praticado passa a ser combatido cada vez mais publicamente.

Mas a sincronia de um cérebro maturo e imaturo em torno da Pedofilia é muito similar nas situações normais em que ocorrem processos de codependência em sintonias entre casais formalizados no vínculo social. A diferença significativa é que a relação no sentido da Pedofilia é construída dentro de um modelo de não igualdade no desenvolvimento cerebral. Em ambos os casos o sentimento pode configurar uma armadilha na representação em que os pares se projetam na busca e sentido de reconexão. Quando o sentimento sai do controle o vício sobre o caminho cerebral clama a falta, a angústia, o desejo, a carência e o sentido de reconexão.

X - O fenômeno de Castração

A primeira castração na relação espúria denominada Pedofilia na fase em que o cérebro maturo concorda em passar por sua primeira experiência de experimentação do corpo do cérebro maturo. O segundo nível de castração ocorre quando o pacto de Pedofilia se organiza dentro da moral interna da aliança em torno do comportamento pedófilo. O terceiro nível em torno do rompimento da aliança.

Quando o cérebro pedófilo conquista o seu trânsito sobre a manifestação do livre arbítrio do “menor” e este manifesta o desejo de experimentar o corpo do cérebro pedófilo, novas regras são adicionadas no jogo, em que o menor passa a receber influências de anonimato e influências de ocultação das práticas erigidas até o momento.

Geralmente a introdução de alguns valores sociais são colocados na visualização de um castigo caso a experimentação for descoberta. Onde o “menor” passa a ressentir uma perda do apreço das pessoas que estão ao seu redor, e sofre a partir de uma visualização de uma punição caso o relato seja projetado no contexto familiar que signifique algo irreparável de seu universo infantil.

A punição pode ser uma projeção de banimento do conceito de afeição, uma perda que é visualizada na imagem infantil como o desencadeamento de fatos que possam comprometer até mesmo a segurança de vida do “menor”.

Por outro lado, o cérebro maturo agente da pedofilia, condiciona o cérebro imaturo em condições de amparo, onde o “menor” passa a se sentir seguro dentro das fases iniciais de experimentação.

Surge uma espécie de empatia carregada de cumplicidade, e uma alegria de descobertas de um mundo antes não sinalizado no cérebro infantil. Entes emocionais tão fortes que o sentido e noção de perigo da descoberta é adormecido da necessidade de gerar aflição inconsciente ou consciente, o que faz cada vez mais o “menor” se conectar com o cérebro adulto pedófilo.

A castração decorre deste processo de não publicidade dos fatos, que prende o imaginário do “pequenino” dentro de uma atmosfera represada de medo, instanciada dentro de uma moral circular da prematura aliança que a cada nova manifestação de dúvida, pesar e remorso, traz de volta o cérebro infantil para o anonimato, para que o recalque traga definitivamente para o inconsciente, a necessidade de revelação dos fatos exercidos nesta fase experimental.

Porém, ainda é a manifestação do infantil requer cuidados, no sentido que o seu livre arbítrio é alvo de não ser interrompido para a continuidade de novos atos de experimentações administradas através da gestão do cérebro pedófilo.

Então o cérebro maturo introduz sobre o recalcado a psicoddependência para que a recorrência sempre sinalize o retorno a condição de curiosidade que permita o “menor” se identificar no exercício do seu livre arbítrio. Passa esta fase o

ocultamento dos primeiros contatos fica estabelecido dentro do manejo da aliança de pedofilia.

O segundo nível de codependência do processamento da castração é a fase em que o laço, como uma sociedade interna, forma um padrão de comportamento em que as partes possuem papéis bem delimitadas que molda a rotina do “casal”.

Nesta fase o recalque eleva o contexto de subjetividade para um segundo plano, orientado por um tipo de subjetivação substanciada por uma significação, de nível emocional-racional, no qual conteúdos sociais são colocados como argumentação para a continuidade do pacto. Que envolve aceitação, rejeição, banimento, privações, acusações, sofrimento, dor, pesar, luto, melancolia e tristeza.

A pressão exercida no cérebro do par da relação espúria denominada Pedofilia, é de cunho psicológico. Onde se represa uma infinidade de princípios ignorados no pacto, que podem ser levantados pela sociedade a fim de “condenar” o tipo de comportamento pareado.

O recalque fortalece o comportamento do “casal” como um caminho que não deve retroagir dentro da escala temporal. E que os fatos experimentados e degustados no interior do relacionamento devem estar adormecidos e pertencentes apenas as partes afetadas. Isto não significa a formação de uma prisão psíquica em torno do acordo, mas um pacto de silêncio, como uma afirmação de ignorância da sociedade. Mas a prisão psicológica pode existir.

Porém, se condicionamentos do primeiro recalque vir à tona fortalecidos, nesta fase o relacionamento de pedofilia pode se apresentar estremecido, pois o cérebro imaturo já possui dados o suficiente para significar o contexto da moral interna do par, e o contexto da moral dominante da sociedade. O que pode significar um tipo de rompimento em que cada parte se responsabiliza para guardar em segredo os fatos desencadeados durante a atividade espúria durante a sua existencialidade.

Por outro lado, se exigências forem instituídas dentro de um recalcado que por vezes mergulha no inconsciente, e emerge com forças destrutivas e organizadoras no consciente, pode fazer com que a parte mais fragilizada faça vir à tona na realidade grupal, o conhecimento da aliança em que o “casal” desenvolveu ao longo de anos de anonimato. Então mecanismos que sinalizam perdas, no último caso, podem indicar situações de conflito e orientação no sentido de reparação dos danos sofridos pela presunção de que a organização cerebral do cérebro imaturo sofreu alteração perceptiva da realidade grupal.

Pode-se dizer que neste último caso acontece a castração para extirpar novas experimentações dos fatos considerados danosos ou prejudiciais para a história de vida do ser que demonstra arrependimento. Onde a publicidade é uma forma de autoafirmação, no sentido de se projetar e indexar a “verdade” da moral grupal e atuar dentro das regras condicionadas a todos os indivíduos de seu agrupamento.

XI - O despertar da subjetividade reprimida

As construções semânticas na forma de pensamentos geram um tipo de subjetividade do indivíduo de cérebro imaturo que determinados elementos contidos em sua psique não podem emergir para o consciente sobre o risco da descoberta da relação espúria denominada Pedofilia. Então o sujeito, aquele ser que se implica, no sentido de auto-observação de se mesmo, deve sinalizar a manutenção de uma personalidade dupla: uma de ordem interna, e outra, de ordem externa. Da mesma forma que o cérebro maturo Pedófilo deve organizar a gestão do seu pensamento no sentido de manter os dois contextos livre da influência de terceiros.

Assim existe uma relação tópica de lugar onde um tipo de pensamento pode influenciar o “menor” no seu modo de agir e pensar, e praticar atos que apenas diz respeito a moral interna da aliança dotada de Pedofilia.

Da mesma forma existe uma relação tópica de lugar, onde o pensamento do cérebro maturo Pedófilo pode manifestar o delírio de seu desejo libidinoso longe da influência e perspectivas de terceiros.

Se constrói uma relação dual dentro da mesma pessoa, onde um lado topográfico sinaliza uma ruptura do padrão moral no mundo exterior ao relacionamento, e o outro lado topográfico sinaliza um tipo de ruptura de uma moral civilizatória que não deve ser introduzida no relacionamento.

É uma formação de dupla repressão, onde elementos ignorados na topografia exterior ao relacionamento devem conter uma fala ou tipo de pronunciamento que não cabe a relação Pedófila. Ao mesmo tempo que os elementos ignorados na topografia interior ao relacionamento Pedófilo não pode conter uma fala ou tipo de pronunciamento de conflito em que a moral da sociedade seja trazida para dentro da aliança, sobre o risco de quebrar o equilíbrio da estrutura de relacionamento de Pedofilia.

A dupla repressão leva a construção de um constituinte psíquico fracionado em duas modalidades de interação vivencial. No qual irá tender a partição da personalidade nos entes que envolvem a relação de Pedofilia.

A representação da mente passa a agir dentro do contexto bipartite em torno de uma atmosfera de equilíbrio entre dois eixos centrais: uma vida em torno de uma possível castidade; e outro, uma vida de experimentação sexual. Onde jamais uma deve se encontrar com a outra sobre o risco de desintegrar a gestão homeostática cerebral.

Porém toda relação sofre influências externas à medida que os entes vão ancorando novas informações e introduzindo-as no gerenciamento dos atributos de moral já exercidos como modelo relacional.

Em determinados instante aflora um tipo de comportamento em que o cérebro imaturo fragilizado pela percepção de autoataque que sua constituição psíquica sinaliza para indicar o avanço do entendimento do seu sistema comportamental

perante a estima da sociedade, leva introduções reflexivas para o ambiente interno onde o setting de pedofilia é administrado pelo “casal”.

As ondas de excitação nestes estágios fazem florescer um tipo de “medo” que sinaliza um processo analítico e avaliativo se é mesmo benéfico para o “casal” continuar dentro do comportamento pedófilo, ou desativar o nível de experiência que a intuição sinaliza a geração de conflitos e problemas futuros, principalmente no interesse da sociedade. Este despertar se faz através de um pensamento circular que tenta encontrar respostas para os momentos vivenciados, e ao mesmo tempo infere sobre a necessidade de interação social.

O sentido de consentimento para a experimentação nesta altura já se consolidou para uma relação marital, onde os entes possuem um tipo de laço tendo como objeto um núcleo familiar dentro da prevalência de forças da existência desigual de um cérebro maturo de um lado e um cérebro imaturo de outro.

Nesta altura o vínculo já deve estar mais de 2 anos de atividade consensuais, e o sentido de unidade é imperativo para o par como um núcleo familiar. A relação já está bastante sólida e muitos quesitos emocionais já estão ativando a formação do comportamento que une cérebro imaturo e cérebro maturo em suas atividades de pedofilia.

Então a questão da repressão é apenas a necessidade de ajustar-se a um colóquio do “casal” onde as partes passam a indexar no conteúdo da fala, as apreensões e os conflitos acerca do relacionamento.

Quando o laço se rompe na espera do diálogo, é possível a geração de acusações e tentativas de inibir a publicidade dos fatos, visto a partir de um ataque que parte em dupla direção. Por isto geralmente a gestão da fala e do colóquio é gestada sempre no sentido de contenção dos aspectos que são prejudiciais para o relacionamento espúrio denominado pedofilia. Onde se fabrica um senso de proteção onde cada um se encarrega no ocultamento do que é visível do outro, na manutenção do equilíbrio que garantirá a permanência e a aplicação do ocultamento.

Finda a introdução dos elementos que foram compreendidos ao longo do processo de construção do diálogo interno no relacionamento pedófilo, a tranquilidade dentro da relação fica restrita a continuidade do aprendizado ao longo das experimentações que ainda sinalizam aspectos benéficos para a construção da identidade de cada uma das partes envolvidas.

O despertar da subjetividade reprimida resulta em reflexões que fazem chegar raciocínios em torno da continuidade ou descontinuidade das experimentações vivenciadas, a construção de um questionamento semântico em torno das apropriações e sentidos que o pacto ou acordo entre os entes possam afetar ou gerar de benefícios mútuos para este tipo de condicionamento. Gera um tipo de compreensão para uma autodeterminação para o sentido que deve guiar ou moldar comportamentos futuros na percepção individual e na percepção coletiva perante o modelo de sociedade pertencente.

XII- A aceitação e o pensamento coletivo

Como a manutenção da relação espúria denominada Pedofilia interfere sobre a identidade do indivíduo? Como o pensamento coletivo afeta os indivíduos em um padrão de comportamento inserido dentro de uma relação de Pedofilia? O que o indivíduo e a sociedade aceitam como pensamento coletivo? Que lições podem pessoas tirarem a partir de experiências passadas registradas na memória do coletivo?

De um lado o cérebro imaturo teme pela influência que a publicidade de seus atos possa sinalizar de interferência sobre sua experimentação sexual espúria dentro da Pedofilia que o enquadre em uma zona de conflito e tratamento diferenciado que retire a sua liberdade de gestar o pensamento da forma que a transferência de conhecimento espúrio sinalizou para a formação de seu conteúdo psíquico frente as demandas sociais.

Do outro lado, o cérebro maturo Pedófilo teme que a publicidade de seus atos possa restringir a sua liberdade pela presunção de que sua conduta possa ter gerado atrasos de desenvolvimento, visto como uma perda de um modelo de transferências de informações demarcadas para seguir um fluxo de profundidade em que as ideias devem ser desencadeadas em paralelo a idade de consciência dos novos entrantes nesta sociedade, e que portanto, existe uma presunção de extração de direitos, percebida na introdução na vida sexual de um incapaz, de elementos impróprios e não benefícios para serem repassados na idade de consciência do “menor”, que por princípio veio a pertencer a sociedade apenas com o conhecimento inato, proveniente das transferências genéticas de seus antecessores, e que portanto, o “menor”-incapaz teve acesso a um tipo de influência que não era autorizada pela sociedade, no tempo em que os fatos foram identificados. E por este motivo o cérebro maturo pedófilo é sabedor que seus atos podem atrair a manifestação do pensamento coletivo, no sentido deste agir em prol de um senso de justiça, que sinaliza um agir reparador dos males gerados pela afetação de um dos seus, que supostamente já tinha capacidade de exercício da transferência do conhecimento, e que supõe este ter agido de forma não consensual com os critérios adotados pela sociedade, e que portanto, é passivo de reparação e punição de seus atos infringentes do que o ordenamento jurídico estipula, como sensato o agir humano.

Os entes na pedofilia nutrem um comportamento em torno de uma expectativa de divergência de conduta em relação ao coletivo, mesmo que de forma embrionária, e que a medida que a relação espúria de pedofilia evolui, este sentimento contraditório, manifesto contrário, da opinião da sociedade, também, evoluindo na geração de parâmetros discriminatórios que permitem comparações percentuais. Portanto, a manutenção da relação implica em um risco, e uma presunção irreparável de perdas futuras, que o par contido na pedofilia se contrapõe ao senso e condutas indicadas pela sociedade na prática de um tipo de comportamento que poderá resultar em implicações negativas para os envolvidos e outros que possam clonar as experimentações registradas por outros indivíduos.

Sobre o pensamento coletivo está uma construção histórica em que fatos passados fazem parte de uma memória coletiva que se pressupõe legitimidade no sentido de indicar modelos e fórmulas de comportamento, que as novas gerações possam se guiar para que o sentido da maturidade e do desenvolvimento possa sinalizar os caminhos menos conflituosos para que o indivíduo acesse os seus direitos fundamentais e também possa se aderir em termos de uma parcela de contribuição de seu esforço perante a sociedade.

Assim, passa de uma expectativa de que o coletivo está no topo do conhecimento, e suas indicações e inclinações de conduta devem ser levados em consideração toda vez que um comportamento individual tenta sobrepor o que é amplamente aceito por uma civilização. Não em termos de moral ou ética, mas em termos de um tipo de padronização de conduta que fora benéfica para muitos indivíduos de suas épocas que o efeito de interiorização da cultura abastece os novos indivíduos que entram na civilização por intermédio do nascimento com contínua transferência de saber dentro da idade de consciência.

Assim, na maioria das culturas a Pedofilia fora abolida como uma prática que não significasse um benefício pessoal ou um benefício coletivo, ao ponto de ter sido deslocada para a marginalização do ordenamento e ponto de comportamento que deve ser “combatido” devido as observações entre gerações do número excessivo de conflitos originários a partir destas práticas.

Mas o pensamento coletivo deve estar sempre acima do pensamento individual dentro do contexto de Pedofilia? A resposta desta pergunta é elástica dependendo do contexto da civilização em que os fatos foram percebidos. Em uma determinada cultura a capacidade pode ser conquista hipoteticamente aos 12 anos de idade, assim um adulto de 22 anos pode ter relações com um “menor que tenha completado esta idade e nesta civilização este tipo de comportamento não significar uma atitude visualizada como uma relação espúria denominada Pedofilia. Mas este comportamento ser enquadrado por outra cultura como um comportamento que é descrito como uma relação pedófila. Sinal que os conceitos devem estar expressos para uniformizar o tipo de aceitação da conduta que melhor signifique o sentido do ordenamento jurídico.

Às vezes o rompimento histórico é identificado como uma necessidade que segue um sentido de ordenamento de significado restrito a quem o assim instituiu, por outras vezes a manutenção dos comportamentos históricos podem sinalizar a continuidade de um padrão em que a sociedade, supõe-se, enquadrar dentro de um modelo que não é gerador de instabilidade. Em épocas remotas a Pedofilia era um direito aplicado para as culturas. Para depois submergir numa não aceitação deste comportamento como representativo do coletivo. O que diferem os dois momentos? O que leva a aceitação e o que leva a indexação do indivíduo ao pensamento e comportamento coletivo? Talvez não se tenha ainda nesta primitiva civilização uma consciência de construção não modal que necessidades diferenciadas recebam tratamentos diferenciados conforme o grau de complexidade dos envolvidos. O que leva o rompimento ou enquadramento do comportamento aos padrões históricos? Segue ainda a Lei da Conveniência.

XIII - A transferência da responsabilização

De um lado o cérebro imaturo que eximir-se da responsabilidade de assumir suas ações no vínculo com a relação espúria denominada Pedofilia e projeta toda manifestação de desamparado perante uma publicidade de seus atos sobre o cérebro maturo Pedófilo. De outro lado, o cérebro maturo teme que o conhecimento da sociedade lhe atribua uma pena pelas práticas e atos produzidos, onde se supõe que o cérebro maturo é dotado de capacidade para responder aos efeitos gerados pela manifestação de sua consciência, e transfere a “culpa” da publicidade de sua relação para o cérebro imaturo como agente e figura ativa em que os fatos “constrangedores” foram desencadeados.

No geral o cérebro imaturo é predominantemente mais instável dentro da relação de Pedofilia. Por esta razão é facilmente levado para manifestações de ataques emocionais em oposição ao cérebro maturo pedófilo. Ocorre um fenômeno de transferência onde os fatos raciocinados como negativos passam para a responsabilização do outro, dentro da relação, numa tentativa de vitimar-se a si mesmo para eximir-se de uma provável culpa e julgamento social pelas práticas sexuais administradas dentro de um contexto de uma moral interna adversa da moral civilizatória.

Porém, o cérebro maturo dotado de capacidade, consegue observar as sequências em que os fatos são desencadeados através de dois grandes ângulos: pelo domínio que exerce internamente dentro do relacionamento; e pela administração de seu conhecimento de integração social ao qual é dotado de plena responsabilidade por seus atos.

Então quando o cérebro maturo pedófilo passa a perceber que o “menor” está sofrendo influências que o retiram de seu domínio, geralmente parte para um processo de ataque, no sentido de causar uma reflexão no cérebro imaturo de que os fatos foram desencadeados devido à fatores de volição que partiram do menor. E que, portanto, o cérebro maturo, pela “fragilidade” que o desejo sexual não permitiu negar a experiência “exigida” pelo “menor” concordou em administrar com este uma relação espúria denominada Pedofilia.

Geralmente o cérebro imaturo resgata em sua memória os indícios levantados pelo cérebro maturo, e se convence facilmente que a responsabilização pelo relacionamento realmente partiu de seu processo volitivo, e se aquieta, e pacifica na conformidade do relacionamento contribuindo para fortalecer a necessidade do contínuo ocultamento para não se implicar em um processo de flagelo e punição perante o “olhar da sociedade”.

Difícilmente o “menor” irá entender o comportamento motivacional por parte do cérebro maturo Pedófilo, por não ter vivência suficiente para perceber os métodos de aproximação em que o conhecimento do cérebro maturo Pedófilo se habilita para infiltrar-se dentro dos critérios de concordância do cérebro imaturo sem que este suspeite de qualquer indício que venha a sinalizar algum processo de manipulação.

Por outro lado, o cérebro maturo Pedófilo é sabedor de seu “crime social”, por isto teme ser descoberto pela sociedade. Então parte para técnicas de gerenciamento em que familiares, conhecidos e amigos sofrem também um processo de manipulação para que nenhum tipo de indício de pedofilia recaia como uma suspeita de um comportamento não autorizado pela sociedade, na forma de legitimação para sua prática.

Geralmente o cérebro maturo Pedófilo cria uma conduta em torno de uma “máscara social” que filtra os comportamentos considerados por este subversivos, que não dizem respeito a si próprio, mas que podem sinalizar um tipo de comportamento de “apontamentos de juízo” no qual o defeito é sinalizado e identificado sobre o outro. Também aqui se tece um segundo tipo de transferência de responsabilização.

Em alguns casos o “menor” também é levado a clonar este tipo de comportamento de transferência social de responsabilização na observação de atuação de terceiros. De certo modo este comportamento faz afastar do convívio mais próximo uma forma de identificação na própria personalidade dos autores a percepção do agrupamento de vinculação dos atos praticados dentro do contexto que está sendo depreciado, que se julga estar fora do padrão de comportamento e personalidade de quem aponta o defeito em terceiros.

Outra forma de transferência de responsabilização muito comum e incidente em casos que se tornam públicos são acusações de desamparo, principalmente por parte do “menor” em relação ao seu contexto familiar em que outros entes familiares não envolvidos na relação de pedofilia, são levados a crer em uma culpa por uma falta de sinalização que o conflito desencadeado poderia resultar em uma situação-conflito não satisfatória como um aprendizado a ser seguido que, a ausência de fundamentações básicas de transferência de informações, no tempo certo, propiciou o avanço do cérebro maturo pedófilo, sobre o “menor” resultando na identificação de uma perda irreparável, que devido a “displicência” de tais familiares, os fatos gerados desencadearam o conflito identificado. Porém, o “menor” nestas horas se faz esquecer que ele fora cumprisse no processo de ocultamento que não permitiu aos seus familiares identificar as fragilidades de sua “segurança” no meio familiar para que uma atuação mais correta quanto ao sentido de ordenação social pudesse organizar uma ação que retirasse o “menor” da condição de vulnerabilidade que não se tinha o conhecimento familiar.

Outro processo de transferência de responsabilização recai sobre os familiares entre si. No qual alguns se juntam para nomear outros no processo de nomeação de uma culpa pelos fatos gerados dentro do núcleo familiar. Geralmente traumas passados não correlacionados emergem no consciente, e as trocas de insultos e acusações passam para outra dimensão. As famílias envolvidas entram em choque e temem que a publicidade dos fatos torne as unidades familiares envolvidas, núcleos não gratos, ou não quistos perante a sociedade. Então ocorre um tipo de ocultamento em não publicitar fatos considerados vergonhosos que foram motivo de incidência dentro do núcleo familiar.

XIV - O trauma

Quando os conectivos com a sociedade são formados e o “menor” já adentra na fase de adolescência em que seu universo dialético permite discorrer com outros em semelhante estado de desenvolvimento, as percepções da vida, as frustrações, os limites, o erotismo, a vida em família, a função de existir dentro da sociedade, ... e se descobre valores, aspirações, modismos, sentimentos represados, delírios e traumas.

A relação espúria denominada pedofilia, nesta fase pode vir contida de um adormecimento, de uma história que se passou ainda quando não existia o processo da fala, ou de poucos episódios que não fizeram sentido para um cérebro imaturo porque era algo que não tinha despertado efeito dominante até a chegada da puberdade, ou fazer parte de um presente de anos de atividade dentro da prática de pedofilia.

Todas estas situações têm elementos em comum, uma subjetivação rasa de significação que o fenômeno de representatividade da pedologia possa significar de importância para um jovem cérebro que ainda caminha para o despertar de uma plena capacidade de sentidos para fazer parte atuante da sociedade.

Porém, quando esta “adolescência” rompe por definitivo o elo com o passado, o “menor” pseudo-imaturo sofre grandes transformações, onde as mínimas coisas percebidas, passam a ter grandes extensões, expectativas, afetações, e significado para que ele se firme objetivamente na sociedade.

Neste momento as dores das experiências que repercutiram negativamente costumam a serem mais intensas, e passam a ser nomeadas, e fatores de recorrência da memória, na forma de lembranças, resgatam fatos esquecidos, adormecidos, e “atropelados” que começam a ter um grau de importância mais elevado e que portanto, necessita ser identificado, racionado e resolvido.

Assim, a dor que se sente é de uma magnitude que não beira ao alcance de outras pessoas. E se pretende ser liberto, da angústia, da depressão, do flagelo que se sente sobre si mesmo, dentro desta dor que já se repercute nomeada.

Se estabelece para si uma culpa, um remorso, um tipo de pesar que se deseja transferir o peso para outros que um processo de nomeação permite identificar projetivamente como responsáveis pelo sofrimento.

Nesta fase é desejo do “menor” ser transparente, apresentar-se para o mundo como verdadeiramente este pensa sobre as coisas que o cercam, e sobre a visão que tem libertária de si mesmo, que as vezes é seu desejo transferir ao mundo.

Mas se esbarra em um litígio, em que coisas inadvertidamente foram lançadas para um lado inconsciente isolado do mundo, e como barreira é algo forte demais para lidar. Onde emerge um conflito, de uma ordem que atrita com a sociedade, então o espírito do menor se “vitimiza” para ser compreendido, no rompimento do pacto que não mais sinaliza o consentimento com a ocultação dos fatos.

A dor nomeada é intensa, e conteúdos filosóficos e possivelmente religiosos são adicionados dentro do contexto para que justificativas possam ser lançadas a fim de explicar os fatos agora publicitados.

A mente do adolescente é frágil, ainda não atingiu a homeostase, esse equilíbrio cerebral que permite um cérebro que caminha para a maturidade absoluta de agir, dentro de uma integridade energética, dotar do sentido de ser sóbrio-consciente, sem vacilar em angústias, sem vacilar em erotismo, sem vacilar em apreensões.

Quer muito, nesta fase compreender o que se é na verdade, e o que representa para si e para outros. O trauma colabora para o resgate deste reencontro consigo mesmo, na geração de uma expectativa de soluções do que foi deixado para trás e que precisa ser resolvido para prosseguir.

Então se nomeia uma falta, se nomeia um infortúnio, se nomeia um conflito, ... tudo muito intenso, Em um local interno que as vivências estão muito fortalecidas, são muitas “pulsões” contraditórias que movem a mente humana desta fase, e é desejo do “menor” se afirmar dentro de um modelo ou estrutura lógica que lhe permita seguir por um caminho que ao final, surja o encontro com princípios que trarão o simbolismo de uma realização pessoal em uma jornada.

E ainda tem de um lado a pressão da sociedade que bane o pensamento da vivência pedófila, e do outro a pressão de uma moral interna que pode ter gerado a partir do contado com a experimentação da pedofilia.

O apoio do “menor” fica fragilizado, pois ele teme revelar mesmo que parcialmente sua angústia, porque crê que a sociedade poderá avançar sobre sua história e causar prejuízos para sua identidade.

O trauma é revelador de uma passagem que o florescimento deve ser trabalhado com a infiltração do conhecimento que corrige as deficiências que são geradoras de desequilíbrio, para que a chegada na fase adulta traga uma mente livre de “máculas” formadas por uma incompreensão que pode reter e aprisionar alguém dentro de uma identidade infantil ou infantilizada, no qual o adulto não consegue lidar sozinho com esta “culpa” e como consequência transfere para outros as frustrações que não foi capaz de revelar ou conter de sua vida fragilizada.

O trauma é um sinal de alerta, que exige a correção do sistema cognitivo, para que uma parcimônia de atividades de conflito desperte o indivíduo para um módulo de funcionamento cognitivo dentro de uma visão de ausência ou diminuição de empecilhos e bloqueios que possam inibir o desempenho e o desenvolvimento de um ser humano em suas atividades em sociedade.

O trauma é de uma ordem de exigência de organização interna, em que alguns circuitos lógicos estão dispostos fractalmente, e que, portanto, devem ser organizados, e não mais emergir na consciência como um vaso quebrado e inconsistente para sua finalidade. É uma necessidade de recomposição de um indivíduo, que não pode nomear outro para que a casa interior seja organizada, porque somente depende de seu proprietário, o possuidor de si mesmo.

XV - O antagonismo na vivência da relação inversa

Nesta fase o cérebro imaturo que participou da relação espúria denominada Pedofilia não é mais tão “imaturo”, já se concentra na parte final de transição para uma vida com plenas condições materiais; habilitado para a capacidade de seus atos. Porém o seu corpo está em transformação, os hormônios sinalizam atividades incomuns e incessantes de seus conteúdos sexuais, e passa a se sentir cada vez mais atraído, pelas pessoas ao seu redor. E este, introduzido na Pedofilia precocemente tenderá a escolher outros cérebros imaturos para satisfazer o desejo que não consegue se controlar. Passará a desejar: os irmãos, as irmãs, os primos, as primas, a tia, a professora, os pais, amigos, amigas e poderá encontrar como plano de fundo, o encontro do sexo programado em que menores estão se prostituindo em troca de recursos monetários.

Nesta fase transitiva, o “menor” se percebe empoderado. E quer fazer jus ao seu direito de plena capacidade de seus atos. Esse “menor” parte de uma historização de vida que o contato sexual não lhe é imposto uma barreira. E que, portanto, satisfazer-se sexualmente, a sua libido, é uma questão simples de consentimento de outra pessoa nos mesmos moldes que sua experiência sexual primeva e muito inicial não permite identificar fragilidades que o contexto social é impositivo em operar critérios para que as trocas de fluídos corporais possam ser ministrados com segurança em sociedade.

As técnicas de Pedofilia já estão incorporadas em seu inconsciente, o padrão repetitivo do continuísmo das vivências e afetações, provavelmente irá sinalizar para este cérebro a continuidade das velhas práticas de consentimento daquilo que foi organizado psiquicamente com ele: o “menor”.

E para complicar o fator de ocultamento de seu drama, na forma de um passado represado entre o vínculo com o cérebro maturo pedófilo, inibe de receber o apoio moral e ético para que seja infiltrado em sua memória como um aprendizado em que possa incorporar conceitos que o libertem da condição espúria de pedofilia.

Muitas pessoas nesta fase crítica encontram a saída pelos bordeis, em que menores atuam para conquistar o direito de permanência da vida. Geralmente estes novos cérebros maturos não possuem despertados em sua memória o vínculo com o drama de seu papel como “abusado” dentro do contexto de pedofilia, e repetem a história sem saber que passou por algo semelhante em tão precoce idade.

O fator de atração as vezes é explicado como um impulso pelas feições da pele, mas pode estar contido um tipo de vínculo que o trauma oculta e exige uma identificação na própria experimentação inversa em que os códigos de acesso à memória possam sinalizar o tipo de afetação traumática inconsciente que está sendo exigido para o indivíduo que está dentro da repetição de seu drama adormecido.

Assim se constrói uma nova geração de pessoas na prática da pedofilia, onde o novo cérebro maturo passa a agir anonimamente sem a percepção da

sociedade, se vinculando com outros cérebros imaturos que seu condicionamento frente as reações sexuais de sua natureza representam a forma de tipificação do comportamento que existe uma moral interna que não pode ser evidenciada.

Esse “menor” que agora é dotado de capacidade, nutre uma falta, que a equiparação de seu cérebro com o cérebro maturo pedófilo, no caso das alianças pedófilas que se tornaram contínuas, sinaliza a vontade de recorrer as características da vivência que o vício do comportamento sinaliza um tipo de necessidade de recorrência.

Por vezes o antagonismo é muito duro de ser vivido, porque a situação se configura muito traumática, e a visão do sofrimento em uma mente de padrão psicótico, ou, de padrão neurótico, julgue não praticável com outros seres vivos o mesmo condicionamento atribuído para si.

Mas em uma mente de funcionamento perverso, a repetição do padrão de funcionamento pode ser uma oportunidade para trabalhar com o sadismo e masoquismo a este conceito profundamente correlacionados.

Mas mesmo no caso de mentes psicóticas, e mentes de padrão neurótico, a curiosidade de perceber o outro lado na relação pode levar à necessidade da experimentação.

Então os fatores de dormência sociais, levantados em outros capítulos desta série, permitem supor que o novo cérebro “Pedófilo” irá gestar sua administração para uma nova iniciação de um cérebro imaturo para que as últimas indagações e questionamentos que não ficaram resolvidos na vida pregressa, sintetize dentro no novo compromisso, casual ou dentro da aliança que lhe permita conectar-se com esta falta, e nomear para si um entendimento que gera a satisfação exigida: que é renunciar de vez a condição de pedofilia; ou se condicionar a novas variações de entendimento dentro do universo pedófilo.

A vivência, portanto, tem um sentido pessoal que vai além de um desejo reprimido, mas este faz parte da analogia com a situação anterior, talvez a equiparação do padrão cerebral de um adulto faça com que muitas experimentações vivenciadas no passado, pela expectativa de descontinuidade dos aprendizados vividos, gere um modelo muito raso de identidade psicológica, por isto o cérebro candidato a papel inverso na pedofilia às vezes resolve se arriscar perante o juízo da sociedade.

O antagonismo da vivência da relação inversa exige continuidade da renúncia da transparência de uma vida coletiva. Exige novas fragmentações da mente onde os papéis se configuram invertidos. Exige renúncia da condição de atuação em uma mente “infantil” para ser uma mente potente dentro de uma condição de poder ignorada e não exercida no relacionamento anterior. Implica em riscos em afetar a moral social e em afetar a ética dominante. E se fechar definitivamente para o convívio social uma vez que as práticas que o aspirante à Pedófilo pretenda exercer, em caso de reclamação de um prejuízo de alguém, possa aproximar o vínculo penitenciário.

XVI - Novo processo de castração

Quando um “menor” que tenha passado para a fase de maturidade de seu cérebro e do seu comportamento não mais se enquadra na condição de cérebro imaturo de uma relação espúria denominada Pedofilia aproxima-se um processo de castração, onde ele deverá cortar o vínculo de codependência cerebral e partir definitivamente para uma vida madura, dentro de condições de plena habilitação para o exercício da vida, e capacidade para responder por seus atos. O enigma torna na necessidade de castração da relação ou de castração com o vínculo social.

O “menor” nesta fase já tem domínio das representações vivenciadas em sua relação de pedofilia, e está diante de um dilema de perseguir dentro da rotina vivenciada, ou declinar a experiência devido à ausência de significados.

O cérebro deste “incapaz” já é capaz de dominar a angústia, o ressentimento, a frustração, já é capaz de se posicionar diante da dor, das ofensas e de firmar a sua personalidade diante da sociedade.

A relação de desigualdade da relação espúria de pedofilia que perdurou até esta fase já é potencialmente diminuta no jogo de força, poder e influência que o par: um possa depender do outro.

Nesta situação hipotética o “menor” deve assumir uma difícil tarefa de interromper a vivência da experimentação para partir para outros processos de significação em que o espera dentro da fase adulta de sua vida.

Isto pode significar enterrar o passado, ou publicitar os fatos para se livrar dos traumas percebidos, como uma forma de aprofundamento do que foi vivenciado e sentido enquanto a relação era válida dentro do contexto da moral interna do par.

Então, algumas coisas são nomeadas para serem recalçadas, e colocadas definitivamente no inconsciente, para que jamais retornem em nova nomeação.

Outros aspectos, porém, devem aflorar, para libertar aquilo que ficou mal resolvido internamente, para que o adulto de amanhã não tenha o impedimento de uma memória e instanciamento passados.

Então se fabrica um novo tipo de anonimato, onde alguns vínculos jamais possam emergir na consciência. E alguns processos que envolvem elementos emocionais devem ser integralmente adormecidos.

E quando o fato foi uma experiência vivida de uma rara circunstância, ou numa ocasião que não teve continuidade de propósito de ser perseguida, estes elementos-traços que podem possuir uma elevada carga emocional, por vezes devem influenciar um tipo de recalçamento de outras formas e perspectivas, um tipo de castração de esquecimento integral dos fatos vividos, ou de racionalização de como eles foram tratados, para recalcar a continuidade ou nova integração da necessidade da experiência, onde se assume o adormecimento da rotina que propaga a nova ativação da prática de pedofilia.

Que se apresenta como uma experiência amarga, que não traz elementos positivos e benéficos que sinalizem a manutenção projetiva da experiência.

Em ambas as situações o recalçamento e a esse tipo de castração são realizados na fase transitiva entre os 15 aos 18 anos. Onde as vezes o “menor” tem que tomar a decisão isolada de se ajuizar frente as necessidades e demandas sociais de comportamento. Porque este tipo de auxílio é impeditivo para quem cultivou o anonimato de uma vivência inscrita dentro da pedofilia. Porque falta confiança em outras pessoas, porque coexiste um medo da descoberta, e sobretudo do julgamento de outros quanto ao aspecto interno com que os fatos foram gerados.

Raramente o “menor” querará conselho de outros, porque é um peso enorme em publicitar algo taxativamente condenável na sociedade. Que se visualiza a transferência da culpa para o “menor”. Então primeiramente o “menor” frustra a sua libido, frustra os seus intentos de avanço da sexualidade, para vivenciar um momento de tentativa de equilíbrio e alcance do sentido e significado de castidade. Em muitos casos se vincula a uma ordem religiosa, em que nutre com esta, expressivos valores humanitários, que são suficientemente fortes para provocar o esquecimento da vida traumática, para sinalizar a perspectiva de uma nova vida, uma nova etapa em que se possa dar uma nova oportunidade para si mesmo.

Ou se aproxima o vínculo com familiares e amigos, para gerar um novo tipo de comportamento, ou se gera uma ocupação para dar conta da pulsão que move os instintos do corpo, até que o instinto de reconexão com a pedofilia seja extinto por meio do recalçado. Ou não projete mais por meio do processo de castração instituído, que mesmo, este último não tenha feito uso do recalque, mas que consegue concentrar sob o domínio próprio e influência a libido que se conecta com a Pedofilia.

Mas o indivíduo que se conecta com a continuidade da experimentação depois desta fase etária, tenta recalcar as tentativas mentais internas que o conectam com a publicidade dos fatos. E parte para o gerenciamento de processos de reinício de outras perspectivas dentro de novas relações espúrias de pedofilia. Sofre, portanto, uma tentativa de recalque, a influência do aprendizado social sobre o seu cérebro, para estar internamente livre os fatores de punição que subjetivamente o pensamento dentro da pedofilia quer afastar para não se sentir perseguido pela sociedade.

Então este segundo processo se fraciona novamente a mente para vivenciar a relação inversa em que não cabe o olhar da sociedade. Se fraciona a mente para vivenciar a percepção inversa da relação, em que o sentido de ser o influenciador que irá ditar as regras de funcionamento de novas relações espúrias denominada Pedofilia. É seguir a rotina, do que está instalado no cérebro, como vivência que atribuiu para si como sendo algo benéfico e positivo, mas que é contrário na manifestação do coletivo, e que, portanto, deve ser guardada, para um novo ciclo, do continuísmo em torno das ancestrais práticas de transferência de conhecimento sexual e de erotismo.

XVII - O despertar da subjetividade como medida reparadora

O cérebro do ser maturo Pedófilo sofre um processo de construção de subjetividade, da mesma forma que o cérebro imaturo pedófilo. Essas construções semânticas visam o controle da homeostase cerebral diante da penetração da influência social sobre a identidade psicológica de tais indivíduos envolvidos em práticas de relação espúria denominada pedofilia.

O despertar da subjetividade é a formação de uma interface mental que não desencadeie sofrimento, dor, transtornos, remorsos, e erotismo que possa causar um banimento por parte da sociedade. Esta relação é evidenciada de forma dual entre as partes deste relacionamento de Pedofilia.

Então cria-se uma gestão de pensamentos de síntese reparadora, que o discurso do par pedófilo utiliza para a sua comunicação social. Nesta forma de comunicação está contido valores, ora subtraídos dentro de um contexto, ora realçados num contexto adverso.

Muitas vezes o pensamento reparador tenta encontrar justificativas para as relações e atitudes presentes, para se gestar uma negação ou afirmação de si mesmo.

É evidente neste estágio um sentido de inferioridade perante o contexto social, por parte do cérebro maturo e também por parte do cérebro imaturo, que é compensada com atitudes que realçam estima social em algumas situações-chaves na esfera da interação social.

Ou um isolamento profundo da sociedade, como forma de prevenção de possíveis ataques que esta possa administrar no seio da moral interna do relacionamento espúrio denominado Pedofilia.

A reparação pode ser entendida como um nível de contorno entre a realidade grupal e a realidade mais próxima da Pedofilia. Onde se intenciona pacificar a especialização dentro das práticas sexuais no contexto da pedofilia e a participação na vida coletiva que não gere prejuízos de imagem para seus praticantes.

Essa subjetividade é formada por uma eficiente gestão de pensamentos, uma moral pessoal, um conteúdo de controle que absorve o que não deve ser transmitido e exterioriza o que é aceito socialmente, uma omissão quanto às práticas administradas perante a terceiros, um trabalho de gestão dentro do relacionamento, um trabalho de gestão fora do relacionamento, uma identificação projetiva quanto a manifestação de desejos para satisfação da libido e um tipo de renúncia da realidade grupal antagônica ao pensamento da prática de pedofilia.

Mas todas as subjetividades construídas à luz do parágrafo anterior podem ser consideradas como medidas reparadoras? O que de fato se tenta posicionar de volta em algum lugar com um processo de construção de ordem subjetiva?

A gestão de pensamentos é da ordem hierárquica do planejamento e controle das situações da topografia de lugares em que os fatos devem ser influenciados pelo mesmo padrão de comportamento que não sintetiza a ruptura do conflito com a sociedade, a medida reparadora da subjetividade neste nível é o encontro de justificativas que retirem a dúvida, o vínculo com a pedofilia os entes do contexto em que uma publicidade é observada.

Na moral pessoal a medida reparadora é não deixar o pensamento dos entes encaminhar por uma via em que a exposição excessiva irá trazer a condição de conflito para com a sociedade.

O vínculo familiar, empregatício, com amigos e sociedade a medida reparadora é a construção de uma subjetividade que elimine os traços que denotem a proximidade com a condição espúria de pedofilia.

Na omissão quanto às práticas administradas perante a terceiros a medida reparadora é antecipatória, de forma a não se vincular e a nutrir prejuízos de imagem das atividades não reconhecidas da sociedade.

No trabalho de gestão dentro do relacionamento a medida reparadora é a construção e manutenção da subjetividade que instancie os processos de codependência para que o laço não seja desconstruído.

O trabalho de gestão fora do relacionamento requer uma medida reparadora para justificar a presença, a constância e a incidência de situações em que os entes estão próximos, dentro de um mesmo contexto.

E na satisfação da libido a medida reparadora geralmente é um vínculo moral dentro de uma estrutura filosófica-religiosa que contenha os excessos e possa proporcionar reflexão, guarita, ou ausência de elementos visíveis dos atos sexuais praticados dentro do contexto espúrio denominado Pedofilia.

O despertar da subjetividade como medida reparadora são pensamentos dinâmicos circulares coordenados com as feições de terceiros, para a geração de um equilíbrio e uma atmosfera que dote os praticantes de condições internas pacificadoras para ter suas experimentações e experiências sem o constrangimento social.

É um tipo de subjetividade que castra o entendimento social para continuar a existir sem ser desestruturado pela influência da sociedade. Se conecta com meias construções de verdade que se administra para continuar dentro da situação de Pedofilia.

Reparar neste sentido é conectar-se com um senso de manutenção, de conservação da materialização das experiências. Conecta-se com uma inscrição dentro das práticas sexuais, onde parte da sociedade que é estruturada na construção subjetiva contrária a ideação deste fenômeno, deve continuar a ignorar a história projetiva em que os fatos são desencadeados. E a publicidade deve estar contida num ciclo restrito da sociedade onde o efeito da construção reparadora é desnecessário as atividades de Pedofilia.

XVIII - Fuga da realidade Social

Existe uma realidade grupal geralmente formada por um pacto social em que valores, regras, compromissos, atribuições, funções, princípios, deveres e obrigações são estabelecidos para todos. Onde na maioria das culturas a relação espúria denominada Pedofilia está à margem da aceitação social, está à margem da moral social e é contrária ao regramento do ordenamento jurídico. Um pedófilo para sobreviver necessita construir uma realidade reduzida onde a estabilidade do seu humor não possa ser afetada pela influência da sociedade. Que configura uma fuga da realidade grupal, da realidade social.

A realidade da aliança do relacionamento espúrio de Pedofilia possui valores próprios, uma identidade própria, um sentido interacional que diz respeito apenas ao pacto formado.

Assim, se constrói uma tendência para o encapsulamento das ações, de uma construção de “verdade” que não tem o mesmo sentido projetivo para a sociedade. É uma conexão primeva de contato com sentidos e significados grosseiros e densos de conexões sexuais para se trabalhar uma libido longe dos olhos e impressões da sociedade.

A fuga é uma forma de proteção, que também protege o laço de Pedofilia dentro da realidade fabricada. Não cabe raciocinar dentro da realidade de Pedofilia o sentido da prática como uma violação de direitos, porque a sustentação projetiva dos pensamentos, mesmo que a violação de direitos esteja contida, represa a composição de pensamentos que não deixa o pensamento hostilizar a si mesmo para nomear uma necessidade de reparação.

O “infantil” é muito forte dentro da construção desta realidade de aliança Pedófila. E se acentua num sentido de “inocência”, “fragilidade”, “descobertas”, “profundidade”, “brincadeiras”, “ingenuidade”, “conquista” e “experimentação”. Esse “infantil” que sinaliza dentro desta realidade não quer de fato crescer e se conecta mais com o vivenciar, quer experiências que trazem informações que permita gestar o conhecimento dentro da fase infantil de forma acelerada, sem compromisso com os efeitos e possíveis danos que possam ocasionar trazer para a realidade presente coisas que poderiam estar contidas na fase da maturidade. Essa é a realidade “infantil” do Pedófilo de mente imatura.

O “infantil” do cérebro maturo dentro da construção desta realidade de aliança Pedófila se conecta num sentido de busca do “recalcado”, “reprimido”, “diferente”, “não resolvido”, “divergente”, “castração”, “erotismo” e “adrenalina”. Esse “infantil” que sinaliza dentro desta realidade quer de fato se conectar com um elo passado cuja representação está inscrita na manipulação sensorial do cérebro imaturo, que age em processos de condução da realidade para enquadrar dentro de uma constância reativa um modelo de interação e interatividade em que o cérebro imaturo possa trabalhar com fatores de exercício de sua influência que muito poderiam ser construídas com um laço dentro das regras sociais, mas a crença do cérebro maturo Pedófilo não se faz perceber as

consequências de sua infiltração, na manifestação de seu desejo primário sobre os entes envolvidos. Essa é a realidade “infantil” do Pedófilo de mente madura.

Nessa realidade que se constrói uma psicodpendência, não tem porque enquadrar uma vítima de um lado da relação e um usurpador e Pedófilo de outro lado. É uma relação, e sendo relação existe uma divisão de papéis onde a realidade em fuga é produzida. Se o cérebro maduro fizesse uso da satisfação de sua libido para ultrapassar o limite e liberdades, do sentido volitivo do comportamento de um “menor” o tipo de “relacionamento” produzido seria um estupro, e não um caso de Pedofilia.

Mas na condição que a realidade produz em fuga aos preceitos sociais é gerada em torno e um núcleo de aceitação em que as partes são concordantes da atuação, mesmo que provisória, ou esporádica, ou em outros termos duradoras no sentido de ser comparada com uma união marital, coexiste uma troca de necessidades, em que ambas as partes estão dispostas, mesmo que provisoriamente a correr o risco de viver a experiência que seus instintos sinalizam a necessidade vivencial em suas historizações e atuações de vida.

É uma fuga da realidade porque não tem representação na sociedade, porque é ignorada e não reconhecida no contexto social. Mas é lúcida dentro do contexto de Pedofilia. Assim, como a realidade grupal é lúcida para todas as verdades construídas coletivamente e aceitas na sociedade. Essa fuga visto como um princípio de preservação, conforme visto antes, deve estar contida dentro de uma reserva para não ser publicamente identificada, porque causa comoção, porque gera o efeito da obrigação reparadora, e da quebra do pacto da experimentação da Pedofilia. Que nem sempre as partes envolvidas estão dispostas a abandonar as suas experiências emocionais e sexuais de comportamento.

Por isto quando uma aliança Pedófila é identificada, a sociedade deve compreender a lógica e os constructos da relação de Pedofilia, para saber a melhor forma de infiltração que devolva o processo de maturidade de consciência para as partes envolvidas. Onde geralmente Agentes Sociais, Psicólogos e Psicanalistas estão amparados de técnicas que possibilitem auxiliar tais indivíduos que se projetam nestes recursos, onde a ausência de conhecimento não permite que os entes percebam a existência de outros métodos de absorção de conhecimento e vivência sem se identificarem de forma contrária ao sentido do que preconiza o regramento social. A via dolorosa do dissídio é a segunda alternativa quando o instanciamento da relação chegou ao nível mais baixo de consentimento para a prática.

O último parágrafo constitui uma fuga da realidade de Pedofilia, para alcançar a harmonia com a realidade grupal. Que é o sentido exigido pela maioria das sociedades que percebe ser mais estável como fator de interação grupal, práticas instanciadas num compromisso de responsabilidade pelo nível de desenvolvimento do semelhante que o permita lançar tomadas de decisões e julgamentos conforme a profundidade temporal de conhecimento dos entes envolvidos em uma relação, que conforme o tipo de interação se conquista na maturidade.

XIX - Trava no tempo psicológico

Existe o tempo cronológico, existe o tempo de capacitação e existe o tempo psicológico. Geralmente as pessoas que exercem práticas de relação espúria denominada Pedofilia implicam-se em relação ao tempo cronológico, implicam-se em relação ao tempo de capacitação e implicam-se no tempo psicológico. Onde o último é percebido um represamento em que a mente fica contida dentro de um condicionamento temporal que a inibe de sincronizar o tempo cronológico e o tempo de capacitação.

O tempo cronológico mede os fatos pelas mutações biológicas ao longo do tempo. Em que o conhecimento que o indexa se correlaciona às práticas de conhecimento do senso comum que gerenciam as percepções dos indivíduos dentro de critérios de atividades humanas.

O tempo de capacitação mede os fatos pelas mutações de correspondência organizacionais ao longo do tempo. Em que o conhecimento que o indexa se correlaciona às práticas de conhecimento da maturação cerebral que gerenciam as percepções dos indivíduos dentro de critérios de atividade humanas.

O tempo psicológico mede os fatos pelas mutações biofísica-mecânicas que condicionam a percepção interna ao longo do tempo. Em que o conhecimento que o indexa se correlaciona às práticas de conhecimento cognitivo de inflexão do pensamento que gerenciam as percepções dos indivíduos dentro de critérios de atividades humanas.

Na pedofilia, o tempo cronológico na formação do relacionamento é tardio para o cérebro maturo pedófilo e precoce para o cérebro imaturo pedófilo. No qual a relação temporal é decisiva como critério para gerar a percepção de desigualdade perceptiva entre os entes.

Na pedofilia, o tempo de capacitação na formação do relacionamento é capacitante para o cérebro maturo pedófilo e incapacitante para o cérebro imaturo pedófilo. Onde coexiste uma relação de desigualdade. No qual o indivíduo de natureza capacitante pode responder por seus atos. E o indivíduo de natureza incapacitante deve nomear terceiros para responder por seus atos.

Na pedofilia, o tempo psicológico na formação do relacionamento é recorrente-temporal para o cérebro maturo pedófilo e de inicialização para o cérebro imaturo pedófilo. Onde coexiste também uma relação de desigualdade. No qual o indivíduo de natureza recorrente-temporal é dotado de um conhecimento prévio que o faz perceber junto ao “menor” um comportamento de infiltração de ideias. E o indivíduo de natureza de inicialização geralmente não é detentor de conhecimentos prévios e se move pela curiosidade em se abastecer de informações para a gestão das experiências que sua cognição aflorou a atenção-perceptiva em requerer aproximação.

O tempo psicológico do cérebro maturo pedófilo sofre um represamento, na forma de uma trava que o conecta a lembrança e rotina de linguagem do plano “infantil”, assim ele consegue, ou supõe conseguir interiorizar a falta, um desejo

não realizado no seu tempo cronológico quando o seu tempo de capacitação era ainda incapacitante no seu agir em sociedade.

Esse setor do psicológico fica paralisado dentro de uma fase de mania de ausência de maturidade psicológica, para parear o nível de construção de diálogo com o cérebro imaturo que se deseja introduzir uma fase de iniciação.

A paralisia psicológica também atinge o cérebro imaturo, que mesmo tendo acessos a ideias e construções de experiências em ordem inversa do seu tempo cronológico e do seu tempo de capacitação, absorve os conceitos no efeito do pareamento do tempo cronológico e tempo psicológico que caracteriza o seu processo de linguagem e sua estrutura de comportamento “infantil” na experiência.

Mesmo que a mente do “menor” evolua com a influência do tempo cronológico, as experiências gestadas dentro do tempo psicológico não correspondente irão gerar na fase de capacidade do tempo de capacitação o tipo de vínculo sexual na sua idade matura possivelmente “infantilizado” como uma memória passada das atividades precocemente praticadas. Isto poderá levar esse indivíduo que teve prematuramente sua experimentação na pedofilia, a buscar uma conexão do seu tempo psicológico com fatos passados podendo a se tornar um recorrente-temporal para justificar inquietudes presentes.

Então no tempo em que o vínculo na pedofilia é formado, até a fase em que o indivíduo imaturo chega ao tempo de capacitação, no pleno exercício de seus atos, gera um intervalo temporal em que o processo de identificação psicossocial sofre uma ruptura difícil de ser recuperada para a integração do indivíduo nos moldes de transferência de conhecimento que permita inseri-lo dentro de um equilíbrio homeodinâmico que o mantenha contido na sociedade de forma harmônica, estruturada e inclusa com plenas capacidades interacionais com outros indivíduos sem despertar vínculos de conflito consigo mesmo e com a sociedade.

Geralmente o tempo de capacitação e o tempo cronológico são convergentes e se espera também que as vivências façam com que o indivíduo também, no mesmo tempo das relações anteriores, convirja o tempo psicológico para vir fazer parte de forma coesa, legítima e equilibrada parte da sociedade, para quaisquer indivíduos que compreendam o sentido do ordenamento e da organização entre os entes de uma divisão territorial.

A trava no tempo psicológico pode ser quebrada com estudo do comportamento. Onde um profissional capacitado percebe as interações de troca do cérebro pedófilo e faz as infiltrações corretivas de conhecimento que permita ao indivíduo que se “infantilizou” dentro da experimentação da relação espúria de pedofilia, a um processo de readaptação, que o permita se conectar dentro do sentido de ordenamento da sociedade. Não é um trabalho fácil, as vezes é necessário passar por anos em processo de análise, para reconstruir tudo o que ficou atrofiado nos condicionamentos psicológicos, devolvendo a temporalidade para o instante presente, e uma vivência amadurecida por descobertas de si mesmo.

XX - A responsabilização social

A sociedade ao perceber que um dos seus, que já se encontra em plena habilitação para responder pelos próprios atos, procura criar meios legais amparados em leis que sinalizam o tipo de conduta que deva ser evitada e ao mesmo tempo é capaz de criar um sistema de responsabilização social para quaisquer danos que uma pessoa alegar ter sofrido em virtude de comportamento indisciplinar que parta de uma conduta de um capaz. Assim, também se relacionam as regras para os envolvidos em práticas sexuais de relação espúria denominada Pedofilia.

A sociedade até certo ponto tolera o crime, tolera o descaminho, tolera a corrupção, tolera a Pedofilia, e outras formas de violação consideradas prejudiciais para a sociedade.

Porém, quando alguém que evoca para si uma subtração de direitos incide sobre a percepção de uma extração de elementos essenciais de sua cidadania, pessoas com atribuições especiais, geralmente com poder de polícia, se tornam aptas a serem ativadas para levantar os fatos, e dar o devido processo para que as evidências de subtração e outros elementos sejam colhidos para a devida racionalização dos fatos para se chegar a uma decisão de responsabilizar ou não alguém, ou pessoas, pelas perdas ou danos sofridos da integridade de quem reclama.

A responsabilização social não parte, portanto, da visualização de uma culpa por parte de quem subtrai o direito, mas de uma implicação por parte de quem feriu princípios, direitos e obrigações de um ordenamento jurídico. Onde apenas um Juiz tem autorização para alegar culpa em alguém pelas faltas que os atos praticados por um suposto infringente sinalizam para o juízo Deste, um alvo material que ativou um fator ou mais de correção expresso na lei para significar que a atitude deve ser penalizada.

A sociedade no reclame das faltas de um dos seus, não possui outro meio de alegação para fazer valer o poder de polícia que sinalize a necessidade reparadora para se produzir justiça social em um ordenamento jurídico.

Assim algumas leis protegem os incapazes, em relação aos atos praticados por indivíduos da sociedade, que no caso Brasileiro segue alguns artigos:

LEI Nº 11.829, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso

CÓDIGO PENAL

Art. 213: "Constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça."

Art. 214: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal."

Art. 217: "Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança."

Art. 218: "Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo."

Art. 234: "Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio ou distribuição ou de qualquer exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno."

Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça.

O abuso sexual de meninas e meninos e de adolescentes inclui a corrupção de menores, o atentado violento ao pudor e o estupro (art. 213).

Com a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, o estupro e o atentado violento ao pudor passaram a ser considerados crimes hediondos e tiveram as penas aumentadas.

Os autores de crimes hediondos não têm direito a fiança, indulto ou diminuição de pena por bom comportamento.

Os crimes são classificados como hediondos sempre que se revestem de excepcional gravidade, evidenciam insensibilidade ao sofrimento físico ou moral da vítima ou a condições especiais das mesmas (crianças, deficientes físicos, idosos). (Fonte: <http://www.turminha.mpf.mp.br>)

XXI - A publicitação dos fatos

Na relação espúria denominada Pedofilia a publicitação dos fatos é algo que não deve ocorrer porque é um dos elementos do pacto em torno da experimentação. Ela geralmente ocorre quando existe um rompimento do acordo de anonimato entre as partes, em que o cérebro imaturo, fragilizado na sua estrutura de comportamento decide mostrar a sua dor, e a sua mágoa para que seus direitos, na visão deste, subtraídos possam ser reintegrados dentro da moral social de sua civilização.

Outra forma em que a publicidade dos fatos pode ocorrer é se a relação espúria denominada Pedofilia for descoberta por parte de outra pessoa do contexto familiar. Geralmente quando isto ocorre o núcleo familiar absorve as dores da “vítima” no processo de criminalização do cérebro maturo pelos fatos gerados contrários à preservação da identidade do “menor”.

Ou parte de relato da própria “vítima” quando esta tem as suas primeiras vinculações com a Pedofilia, ao expressar para outros os fatos ocorridos e desencadeados na busca de um auxílio.

Também existem casos em que o cérebro maturo Pedófilo cai em histeria e arrependimento, geralmente quando este se vincula a uma realidade filosófica-religiosa que a moral que passa a gerir o seu pensamento passa a canalizar atitudes reparadoras para fatos praticados no passado, no qual faz as atitudes do Pedófilo procurar auxílio psicossocial e autoridades com poder de polícia.

Outra forma muito comum de publicitar tais fatos, é em ambientes escolares que na fala infantil do discurso da criança em sala de aula, faz que muitas vezes suas representações iconoplásticas retratem os tipos de relacionamentos e vivências presenciadas, desta forma um professor atento consegue entender o que se passa dentro do universo do menor e acionar um conselho tutelar ou até mesmo os pais para darem conta do conflito vivenciado.

Também existem casos de crianças levadas para consultórios psiquiátricos, psicológicos e psicanalistas em virtude de um atraso, geralmente percebido como um déficit de seu rendimento escolar, em que o trabalho do analista ou profissional de saúde percebe no comportamento como a expressão de uma fonte de abuso que rompeu a estrutura psíquica e o funcionamento mental da criança para corresponder a fase de desenvolvimento em sala de aula. Em que aspectos de timidez, ou eloquência excessiva por parte da criança podem indicar que seu comportamento possa estar sendo influenciado por um adulto que não esteja gerando benefícios para o seu desenvolvimento.

Outra forma mais atual e que é muito utilizada por meios detentores do poder de polícia é o monitoramento dos canais de comunicação, geralmente a telefonia e a internet, que as vezes acidentalmente, a polícia, na busca de um indício, por exemplo, de sonegação, pode chegar ao seu conhecimento o envolvimento de pessoa que tenha plena capacidade de seus atos com atos de pedofilia que configuram contravenção penal e motivo de processo legal.

Não muito comum, uma forma de publicitação da Pedofilia, é quando o tempo decorrente para a configuração do delito já está vencido, e o par que se configurou dentro da pedofilia, assume a identidade como uma unidade familiar, condição em que não existe mais a figura do menor e do maior de idade, onde os dois já são capazes de responder pelos seus próprios atos, e desejam dar uma satisfação para a sociedade.

Ou quando alguém da família é sabedor dos fatos e resolve romper o silêncio, fase que ainda existe o menor e o maior dentro do relacionamento. Com o intuito de afastar o menor da influência do maior, ou para desencadear uma vingança através da publicitação dos fatos por outros motivos ligados a afetividade dentro da família.

Ou na condição que o menor, ou o ex-menor já na condição de capacidade, assume para si a ideologia da moral dominante, e deseja romper a relação como uma medida para inibir que atividades semelhantes sejam identificadas em outras pessoas, no qual ele assume a história como uma forma de gerar prevenção em outras pessoas para romper a esfera do continuísmo na própria família e/ou na sociedade (militância).

Também se verifica revelações em histórias de partilha de bens cujo efeito expositivo de testamentos deixam claro o tipo de envolvimento exercido em vida com outros indivíduos, que pode ser uma espécie de afirmação, ou uma forma de pedido de desculpas para as pessoas afetadas.

Outra forma de publicitação dos fatos é em meio jornalístico, artístico, televisivo, teatral e outras formas de informação que se apropriam de conteúdos reais para tentar infiltrar conhecimento na sociedade para reconhecer os indícios que são atos geradores de afetações sociais de conteúdo da pedofilia.

Também se utiliza bastante o meio literário para fazer relatos de casos, por intermédio de literatura, ou estudos de casos, este último como peça instrumental das ciências da mente. Com o intuito de gerar esclarecimento que objetive a compreensão do fenômeno e a diminuição de casos futuros.

Também ocorrem casos em que a publicidade se dá a partir da revolta do menor que atenta contra a vida do cérebro maturo pedófilo a fim de paralisar a influência percebida geradora de dor, tristeza, pesar, rancor e mágoa a fim de eliminar definitivamente a influência maléfica em sua vida.

Ocorrem também casos em que a descoberta do relacionamento pedófilo é gerada por meio de manifestação mediúnica, onde supostamente um “espírito” manifesta entendimento em um médium sinalizando que alguém está sofrendo ato lesivo e abusivo para que atividades legais possam ser tomadas e assim limitar e tirar a pessoa do vínculo causador de sofrimento.

Ou meramente obra do acaso, quando as partes resolvem banir a relação espúria de Pedofilia e sinalizam um pedido de desculpas para familiares, amigos e sociedade, sem a manifestação recíproca de levar o caso para as vias judiciais. Ou a instância de polícia e criminalização (fim da atração pelo experimento).

XXII - O processo de judiciação dos fatos

Mas o que leva alguém que tenha saído de uma relação espúria denominada Pedofilia a utilizar um poder de polícia para reivindicar uma presunção de perda em virtude dos fatos ocorridos conforme a determinação da lei? Observa-se que nem todo caso de Pedofilia segue uma via jurídica, então que tipo de comportamentos e interrelações interpessoais moldam tais atitudes que diferem a forma de resolução do conflito de Pedofilia? Se existe uma perda subjetiva qual é a forma de materialização desta perda que gere o sentido de justiça? Será que a pessoa que não reivindica uma perda deve ser amparada pela lei? E quando uma lei deve agir para adiantar-se ao efeito negativo atribuído à prática do ato de Pedofilia?

Quando alguém reclama em uma situação de conflito significa atribuir para si um gradiente de qualidades que se entrelaçam para gerar um significado de uma perda. A perda é sempre composta por argumentos subjetivos, de um conteúdo estereotipado de significado pessoal para quem reivindica um ato de reparação.

Por ser subjetiva, a judiciação exige que fatos devem ser comprovados a fim de verificar ao enquadramento e tipicidade da lei, a menção das pessoas citadas nos atos de contravenção penal. E que ainda coexiste um sentido duplo, de presunção de inocência e sentido de defesa, que cabe ao acusado se manifestar no sentido de esclarecimento dos fatos citados.

Porém, nem todo Pedófilo de cérebro maturo é levado para as vias de fato da judiciação. Pelo simples fato que o fator de comoção social e de fatores internos nos relacionamentos entre famílias sinaliza que a construção de um diálogo ou tratamento psicoterapêutico possa resultar em uma medida muito mais inteligente para preservar o núcleo familiar.

As vezes, o Pedófilo de cérebro maturo pode estar investido na representação de Pai, Mãe, Tio, Primo, Padre, Pastor, ou outro tipo de pessoa íntima e próxima da família, em que muitas vidas estão em jogo em um processo litigioso que pode provocar a instabilidade do núcleo familiar, ou a instabilidade social, por este motivo cada vez mais famílias são levadas para a busca de tratamento psicossocial do que para as esferas do judiciamento.

A motivação que leva a denúncia também pode partir de motivo torpe no qual não casa com os princípios éticos, a publicitação dos fatos, embora a lei seja taxativa em afirmar o tipo de vínculo permitido entre os cidadãos de um agrupamento e os aspirantes a cidadãos.

A grande questão moral que deve ser estudada profundamente é a materialidade dessa perda, em um mundo cada vez mais complexo que novos tipos de relacionamento entre pessoas formam novas percepções de famílias que lutam para se afirmar. Até pouco tempo era impensável em uma família formada por três maiores capazes, de mesmo sexo, ou de sexo variados, esta já é uma realidade em várias partes do mundo.

Porém, se a lei regula e rege as relações e é expresso que é hediondo o comportamento Pedófilo, a punição parece ser a medida reparadora mais próxima para administrar em alguém que exerça sabendo das possíveis implicações penais, até que ponto deve ser o exercício de seus direitos e deveres como cidadão.

Em 2017 no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) um artista nu pousou na frente de inúmeras crianças em uma simulação de identidade artística. Ele poderia ser enquadrado pela lei de pedofilia pela exposição de seu corpo nu, de um cérebro maturo artístico, que expõe o seu corpo como elemento de arte, para um público que independa da idade cronológica? Que tipo de direito foi retirado? Qual a perda identificada na trajetória do desenvolvimento psicológico destas crianças?

E no caso do adolescente que provocou a situação de Pedofilia, ao procurar um maior para tecer uma relação sexual com este, até que ponto o maior pode ser responsabilizado pela correspondência na prática deste ato? Por que neste caso o sentido da lei não é mais forte na consciência do maior para provocar neste um juízo que o impeça de ficar com o menor, mesmo que tenha partido do menor a motivação e “insistência” para a cópula? Neste caso descrito, se alguém da família evocasse uma perda no sentido de representação deste menor, e mesmo o menor afirmando que partiu dele o sentido e vocação para a prática do ato, seria caso de juízo por parte de um sistema judiciário?

Percebe em muitas sociedades que a fase de transição para a vida adulta, o maior que recém completou a maioridade quando descoberto a reciprocidade afetiva com outra pessoa que ainda não completou a maioridade e estando na fase de transição, seja provocado um indiciamento por parte da família no sentido de gerar punição, percebido como um abuso ou um caso de pedofilia.

Mas quando uma lei deve ser evocada para reparar fatos? Em toda percepção em que o fato gerador está contido na estrutura da lei? Ou apenas no caso em que for constatada uma perda material que tenha prejudicado as pessoas diretamente envolvidas? É certo que a lei traz um dispositivo relativo para ser usada na relação de quem necessita dela para um amparo de reforço positivo no sentido de integrar algo que subjetivamente foi subtraído.

A lei, fazendo uma analogia, é que todo o consumo deve estar atrelado uma relação de trocas em que um ato de registro público indique a fração do imposto a ser colhido pelo Estado. Porém, nas coisas mínimas, como, por exemplo, fazer uma refeição em uma lanchonete ou restaurante poucos exigem nota fiscal para que a compra seja registrada conforme a determinação da lei. Partindo deste exemplo, a lei somente é utilizada quando algum fato ensejar que o tipo de vínculo subtrai um valor inestimável para a sociedade que exija reparação, e não todo caso em que o fato é gerado. Assim, mesmo a pedofilia sendo expresso em lei como crime da esfera penal, cada caso deve ser feito uma análise a fim de que o comportamento seja identificado como a percepção de uma subtração de valor inestimável para a envolvidos e/ou sociedade.

XXIII - Culpa, remorso, prisão e retorno à vida social

A relação espúria denominada Pedofilia faz os indivíduos envolvidos passarem por vários processos psicológicos, afetações emocionais e profundas implicações sociais que podem determinar o modo de agir de um indivíduo, a busca por justificativas que permitam conectar à realidade social. Então se qualifica uma culpa, uma dor, um remorso; e, na esfera social que qualifica e quantifica medidas reparadoras de privação do comportamento, para significar nos atos praticados a não permissão da sociedade para suas práticas, e finda a medida reparadora, repercute sobre a fase de reintrodução do ex-Pedófilo recuperado pelo sistema penitenciário ao convívio social.

A culpa pode recair sobre qualquer pessoa envolvida direta e indiretamente com o relacionamento de Pedofilia. As pessoas passam a interiorizar subjetivações que as levam a crer que a manifestação do comportamento foi em virtude de uma atitude individualizada que culminou nos fatos de pedofilia.

O remorso pode surgir como uma forma de introdução desta culpa no sistema volitivo, de forma que interiorize uma forma de punição interior para os fatos desencadeados.

Não se leva em consideração nesta construção os lados partícipes da ideação do relacionamento, porque a culpa é um artefato que se estabelece num padrão de entendimento em que vários tipos de associação entre indivíduos possuem um condicionamento associativo em que os fatos foram desencadeados.

A dor neste estágio pode ter um significado interno e duradouro, na forma de uma mágoa e ressentimento que deseja repercutir dentro de si mesmo, indiferente ao grau de aproximação do fenômeno de pedofilia.

Então medidas qualitativas são acionadas na relação de fatos para dar uma justificativa que sirva de convencimento ao que se acredita filosoficamente uma obediência aos preceitos morais e éticos na sociedade.

Assim, quando os fundamentos já estão enraizados, as qualidades se convertem em assertivas, e estas desencadeiam nexos com o regramento do Estado constituído, onde a via de judiciação pode ser acionada para a resolução do conflito e reparação dos danos já nomeados percebidos.

Então parte por um processo de publicidade dos fatos, em que os meios de comunicação geralmente são acionados para mostrar à população que fatos desta monta devem ser repudiados por toda a sociedade.

E o indivíduo que é considerado o cérebro maturo da relação espúria de pedofilia entra em um processo jurídico, que se comprovado os fatos dificilmente irá escapar de uma condenação.

Porém a fase de reclusão é um espaço de grande periculosidade para indivíduos de semelhantes penas, porque o código moral dos apenados permite a eliminação dos indivíduos que manifestaram os comportamentos discriminados por este tipo de manifestação de contrariedade das leis de ordenamento.

Outro aspecto cultural dos apenados é transformar os criminosos em Pedofílias em elementos de satisfação sexual dentro dos presídios, em que seus direitos são subtraídos e cenas de sadomasoquismo passam a ser aplicadas para tais apenados.

Muitos não sobrevivem aos três primeiros anos de atividade penitenciária, ou acabam infectados por doenças infectocontagiosas como a sífilis e o HIV.

A recuperação de consciência nem sempre obtém bons resultados dentro do sistema prisional. E a questão da psicoddependência na prática do ato de pedofilia torna o apenado um “viciado” em vivenciar, mesmo recluso as sensações de projeção que levaram ao seu encarceramento.

Uma evidência deste fenômeno é que no estado brasileiro do Piauí (2017), na Colônia Agrícola Major César de Oliveira, em Altos, um preso acusado de estupro de vulnerável (ato contra menor de 14 anos) foi encontrado com um garoto de 11 anos que não deixou o presídio após o tempo de visitante. No qual se percebeu que a continuação do abuso, na percepção de outro menor, em que o sentido da pena não tinha sido resgatado como uma necessidade de modificação da consciência que refletisse no modelo de comportamento social exigido pela sociedade, por parte do apenado. O que leva a crer que findo o tempo de privação da liberdade, que o sistema prisional não terá influenciado o réu no sentido reparador de sua atividade indisciplinar perante a sociedade.

Quando o período de reclusão finalmente é terminado, o indivíduo reintroduzido na sociedade se pressupõe ter quitado a sua dívida com a sociedade e as pessoas afetadas.

Então começa uma nova fase em que a sociedade não se desconecta do vínculo que levou ao efeito da prisão e a pessoa é colocada à margem do sentido social de existência. Como se a pena continuasse, mesmo depois da medida reparada. Porque é carregada de muita carga emocional difícil de ser sintetizada pelas pessoas que foram sensibilizadas para repercutirem a dor pelos fatos desencadeados e produzidos.

Agora o suposto ex-pedófilo e ex-detento não consegue emprego, coexiste a dúvida que sua consciência esteja equilibrada junto aos preceitos sociais, e sua convivência carcerária sinaliza que pode ter introduzido sobre o seu comportamento instanciamentos que levam a crer a outros um maior grau de periculosidade da convivência social. Este cidadão, não consegue um emprego, não consegue ser aceito, então fatalmente será candidato para se vincular com outras formas de descaminho do comportamento podendo afetar a sociedade de outras formas, sobre o pretexto de garantir a sua sobrevivência.

Esse grau de dificuldade, fatalmente irá vincular o ex-detento no ciclo da marginalidade, e de cada 100.000 condenações deste tipo, que desencadeiam como medida reparadora o sistema prisional, menos de 5 indivíduos conseguem novamente ser reintroduzidos na sociedade pela recuperação de consciência pelos atos praticados. No qual se cria uma verdadeira epidemia social para manter a ordem e o progresso de uma unidade administrativa chamado Estado.

XXIV - Moral, ética e História [Conteúdo evocado de terceiros]

No contexto filosófico, ética e moral possuem diferentes significados. A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade.

Os termos possuem origem etimológica distinta. A palavra “ética” vem do Grego “ethos” que significa “modo de ser” ou “caráter”. Já a palavra “moral” tem origem no termo latino “morales” que significa “relativo aos costumes”.

Ética é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica. É uma reflexão sobre a moral.

Moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

<https://www.significados.com.br/etica-e-moral/>

A homossexualidade na Grécia Antiga, entre membros do sexo masculino, era denominada pederastia. Consistia em uma relação amorosa e sexual entre dois homens de idades diferentes, em que o mais velho tinha como função ensinar o mais novo. O homem adulto, na faixa dos 20 a 30 anos, era denominado “erastés” (o amante) e o jovem, entre 12 e 18, era chamado de “eromeno” (amado). A pederastia estava ligada diretamente à Paideia, ideal de educação do jovem para o exercício de suas funções na pólis. Segundo os textos de Xenofonte e Platão, havia dois grupos que os erastés e eromenos poderiam se enquadrar: o primeiro sendo o dos homens que seguiam as regras de comportamento aceitas – como é o caso de Cálías, enamorado de Autólico, em que ambos seguiam os ideais virtuosos da masculinidade – e o segundo o de homens com comportamentos deploráveis, como desequilíbrio e desmoralização.

Na Antiguidade Grega, especificamente a ateniense, o que se tinha por comportamento erótico e sexual ia muito além do que o pensamento normativo permite. A ideologia heteronormativa que se tem hoje foi construída no ocidente por volta do século XIX. Na Antiguidade, por outro lado, a sexualidade era vista de forma diferente. Com isso, conclui-se que na sociedade antiga não eram consideradas apenas as duas polaridades da sexualidade, podendo-se tramitar por entre os polos, bem como o vocabulário contemporâneo não deve ser importado ao período antigo grego.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Homossexualidade_na_Gr%C3%A9cia_Antiga)

Nos primórdios da civilização, segundo as teorias de (ENGELS, 1982 apud CANO, FERRIANI E GOMES 2007), as atividades sexuais eram livres entre homens e mulheres, e entre adultos e PRINCIPALMENTE COM CRIANÇAS sem que isso tivesse uma conotação de promiscuidade.

A humanidade desde seus primórdios tem oferecido tratamentos diferenciados à criança de acordo com o seu contexto histórico e sua evolução. Já, na Antiguidade, os homens praticavam várias formas de violência à criança, "desde os egípcios e mesopotâmios, além pelos romanos e gregos, até os povos medievais e europeus, não se considerava a infância como merecedora de proteção especial" Andrade, (2000, p. 2), apud Azambuja (2009) muitas vezes contando com o beneplácito da própria legislação e da cultura dominante.

Nos primórdios da civilização humana "as crianças eram vistas como adultas em miniaturas", esse fato favorecia a serem tratadas como adultos, diferenciando dos demais apenas pelo tamanho e pela força que era menor. Por essa razão o ato sexual entre um adulto e uma criança era considerado NATURAL, assim como as diversas formas de violência praticada contra elas (ARIÉS, 1981).

(CANO, FERRIANI E GOMES 2007) defendem que na Roma Antiga, imperadores como Adriano, Tibério, Calígula e Nero tiveram seus amantes masculinos e praticaram pedofilia.

A palavra "pedófilo" é um composto recente do substantivo pais (criança) e do verbo phileo (amar). Com essa base, são encontrados dois substantivos em grego antigo: paidophilos e paidophilès. A pedofilia grega é o amor homossexual e pedagógico de um homem maduro por um menino impúbere Binard & Clouard, (1997 apud LANDINI, 2008).

Adriano considerado um grande imperador fazia as mesmas práticas sexuais das quais seus ancestrais praticavam, uma vez que era considerado NORMAL e ACEITO na sociedade romana de sua época, porém de acordo com as novas visões de mundo de cada imperador novas leis eram instituídas, assim o mesmo colocou como sendo normal o ato sexual do ativo, sendo que o passivo passou a ser considerado ilegal, pois ele não o era, ou não gostaria que seus súditos soubessem que era passivo e por isso instituiu leis, por acreditar que ser o parceiro passivo não era digno de ser chamado de parceiro.

SUETÔNIO (69 – 140 d.C. foi escritor e historiador romano, escreveu a vida dos doze césares, tendo sido contemporâneo na idade adulta apenas do último de seus biografados, Domiciano. Viveu a era dos 5 Imperadores: Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio), descreve situações de total perversão sexual, onde eram presentes o sadomasoquismo e a pedofilia.

https://www.facebook.com/permalink.php?id=568718809815099&story_fbid=599430296743950

XXV - Diretrizes Educacionais para a diminuição da Relação Espúria denominada Pedofilia

Segue todas as fases de recomendações que devem ser adotadas para a diminuição dos casos de Pedofilia no Brasil:

I – No ato do registro civil deve ocorrer uma instrução de convocação dos pais e demais pessoas que moram dentro do mesmo domicílio para uma atividade psicossocial que contemplará todos os direitos e cuidados que os membros da família deverão atentar para a preservação da vida, desenvolvimento e saúde da criança.

II – Na atividade psicossocial será apresentado um vídeo expositivo, informando ao final, as penalidades previstas em lei para atitudes que afetam negativamente as crianças. Ao final; todos da casa inclusive outros menores deverão assinar um termo ou recolher as digitais para dar o de acordo com a informação recebida.

III – Aos 07 (sete) anos de idade o menor deverá passar por uma ação de avaliação psicossocial em uma atividade psicopedagógica de no mínimo 8 horas consecutivas para avaliação da criança, que conforme critérios técnicos poderá ser ora precedida do acompanhamento familiar e ora na ausência do acompanhamento familiar. Esta atividade poderá estar condicionada a matrícula em unidade escolar.

IV – Aos 12 (doze) anos de idade o menor deverá ser conduzido para uma consulta psicológica de avaliação ao seu ingresso na fase de adolescência. Onde o profissional deverá gestar orientações básicas de comportamento a fim de melhor dotar de informações úteis ao menor. E retirar suas dúvidas substanciais no sentido de ordenamento jurídico.

V – Aos 15 (quinze) anos de idade o menor deverá ser submetido a uma atividade psicossocial na apresentação de um vídeo sobre o comportamento em sociedade, com os principais temas de conflito na adolescência, e no relacionamento com outras pessoas.

VI – Na semana seguinte à atividade lúdica, os adolescentes de 15 (quinze) anos serão convidados a fazerem uma redação sobre sua visão ligado aos conteúdos transmitidos. As redações serão avaliadas por um psicopedagogo que deverá fazer o encaminhamento do menor para as áreas mapeadas que foram assinaladas as deficiências.

VII – Aos 18 (Dezoito) anos de idade, o menor deverá ter acesso a um vídeo onde estão listados seus direitos e deveres no ingresso a maturidade e as implicações legais que a discordância e a infração da legislação poderão implicar em perdas e privação para si mesmo.

VIII – Em paralelo, a mídia pode contribuir com debates de acesso público a informações que ampliem a conscientização e reduzam os casos de desconformidade com o pacto de ordenamento jurídico.

IX – Quando a sociedade verificar um caso de abuso, o fato deverá ser preferencialmente encaminhado para um assistente social que deverá fazer uma avaliação da gravidade da situação, chamar as partes envolvidas diretamente nos conflitos observados, e este é que deverá fazer o encaminhamento psicológico dos envolvidos para o tratamento e comunicação das autoridades com poder de polícia sobre as ilegalidades percebidas.

X – No sistema prisional o psicodependente deverá ter acompanhamento psicológico a fim de provocar a conscientização do delito e quando finda a pena o ex-recluso ter condições de nova inserção em sociedade.

XI – Aos 30 anos todo maior deverá passar por um teste automatizado, através de meio computacional, de preferência, sobre os principais direitos e deveres que afetam sua responsabilidade através de situações-conflitos que ele deverá tomar uma medida, para reforçar a sua manifestação de consciência como cidadão. Ao final do teste dependendo das respostas assinaladas o cidadão receberá recomendações automáticas do como agir em consonância com os critérios estabelecidos para a lei. A recusa em fazer o teste automático implica em cancelamento do CPF. O teste deverá colher a assinatura digital do respondente e ficará à disposição dos órgãos de polícia de sua unidade administrativa.

XII – Aos 40 anos todo maior deverá passar por novo teste automatizado nas mesmas características do inciso XI, porém atualizados para sua época.

XIII – Aos 50 anos todo maior deverá passar por novo teste automatizado nas mesmas características do inciso XI, porém atualizados para sua época.

XIV – Deve ser Produzido uma Cartilha por profissionais da área psicossocial a fim de orientar Professores e demais profissionais que trabalhem com crianças, para o “COMO PROCEDER” diante de condições de vulnerabilidade que impliquem em presunção de perda de direitos de menores percebidas no local.

XV – É aconselhável o intercâmbio educacional com outras Unidades Federadas a fim da coleta de práticas que foram percebidos ótimos resultados de conscientização dentro da sociedade, com o intuito de aceleração do conhecimento que retirará crianças da zona de afetação de uma ou mais vulnerabilidades.

XVI – Meios de inserção do maior que passou por reclusão em virtude de atos contra o direito da criança, devem orientar através de programas a integração do cidadão recuperado em atividade remunerada de palestras preparatórias em estabelecimentos educacionais.

XVII – Em caso de dúvidas, omissões, e falta de instruções procedimentais, por parte da rede de Professores, e, havendo necessidade de tomada de decisão quanto aos direitos das crianças, as Nações Unidas, por intermédio de seu órgão UNESCO deve ser acionada a fim de que as dúvidas possam ser esclarecidas e o órgão competente na Unidade Federada possa receber as instruções, como regra do “AGIR” diante de casos de vulnerabilidade social de crianças.